

JOSE CARLOS GUIMARAES JUNIOR

Fundamentos de Economia



HOME EDITORA

Jose Carlos Guimaraes Junior

Fundamentos de Economia

1ª Edição

Belém-PA
Home Editora
2023

© 2023 Edição brasileira
by Home Editora

© 2023 Texto
by Autor

Todos os direitos reservados

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza (Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Me. Éfrem Colombo Vasconcelos Ribeiro-IFPA

Prof. Me. Jorge Carlos Silva-ULBRA

Diagramação e revisão

Autores

Design da capa

Laiane Borges

Bibliotecária

Janaina Ramos-CRB-8/009166

Produtor editorial

Nazareno Da Luz



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).
Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)



F981

Fundamentos de Economia / Jose Carlos Guimarães Junior. – Belém: Home, 2023.

Livro em PDF

ISBN 978-65-6089-017-6

DOI 10.46898/home.e849cd21-399f-42ed-986b-ce38291572e9

1. Economia. I. Guimarães Junior, Jose Carlos. II. Título.

CDD 300

Índice para catálogo sistemático

I. Ciências Sociais.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	9
CAPÍTULO 2 Elasticidade.....	29
CAPÍTULO 3 Restrição orçamentária	39
CAPÍTULO 4 Macroeconomia	52
CAPÍTULO 5 Indicadores de Desenvolvimento ou Indicadores Sociais..	61
CAPÍTULO 6 Variáveis econômicas	79
CAPÍTULO 7 O Sistema de contabilidade nacional.....	85

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

Caros leitores e entusiastas da economia, é com grande satisfação que apresento a vocês o livro "Fundamentos de Economia".

Este livro é uma viagem esclarecedora pelo mundo da economia, destinada a desmistificar os complexos conceitos econômicos e torná-los acessíveis a todos. O autor oferece uma abordagem clara e cativante para entender como a economia molda nossas vidas, nossas comunidades e o mundo como um todo.

Essa obra nos leva a uma jornada desde os fundamentos econômicos até as questões contemporâneas que impactam nosso dia a dia. Explora o mercado, oferta e demanda, políticas fiscais e monetárias, e muito mais, tudo com exemplos do mundo real que tornam os conceitos econômicos tangíveis e relevantes.

Este livro não é apenas um guia acadêmico, mas uma fonte valiosa para qualquer pessoa que queira compreender como as decisões econômicas influenciam nossas vidas e sociedades. Se você deseja aprofundar seu conhecimento sobre a economia e adquirir uma compreensão mais sólida dos princípios econômicos, "Fundamentos de Economia" é o seu companheiro ideal.

Preparado para desvendar os segredos da economia e traçar seu próprio caminho para a prosperidade? Então, este livro é o ponto de partida perfeito. Vamos juntos explorar os princípios econômicos e sua aplicação prática, tornando o mundo da economia fascinante e acessível a todos.

Autor**José Carlos Guimarães Junior**

Pós Doutorando em Ciências da Educação pela University St. Paul- Ottawa- Canadá

Doutorando em Administração, pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL

Doutor em Biodiversidade e Biotecnologia -Universidade do Estado do Amazonas- UEA- Rede Bionorte-

Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília (2005).

Especialista em Administração Rural, pela Universidade Federal de Lavras

Bacharel em Administração de Empresas, com habilitação em Empresa Pública e Privada, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1994);

Professor Universitário há 35 anos. Professor

Autor de 54 livros, e conteudista de mais de 200 apostilas para concursos públicos.

É Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo do Distrito Federal.

Perito Judicial- especialidade- Meio Ambiente

Consultor da SAVIATO AMBIENTAL- desenvolve projetos nas áreas de Biodiversidade, Conservação, Turismo de pesca e demais assuntos satélites.

Contato: profjc65@hotmail.com 61 982039474

1º CAPÍTULO

Economia é a uma ciência social aplicada, que estuda como a sociedade, da forma mais eficiente possível, administra seus recursos. Desde os Primórdios do Século XVII, com Adam Smith, considerado o pai da Economia moderna e o maior teórico do liberalismo econômico a Economia é vista como ciência.

Com a obra “A Riqueza das Nações” Adam Smith, analisa os problemas associados a divisão do trabalho, e registra o marco da Economia enquanto ciência. Essa ciência social é dividida em dois grandes eixos temáticos que se complementam: Macroeconomia e Microeconomia. No que diz respeito à forma ela pode ter duas abordagens: Normativa ou Positiva.

Economia Normativa é uma abordagem da economia baseada em análises relativas do que seria supostamente adequado economicamente.

Economia Positiva é uma abordagem que estabelece basicamente a relação de causa e efeito dos aspectos econômicos, tanto teórico, quanto empírico (observações no mundo real);

Macroeconomia é a parte da Economia responsável pelo estudo dos fenômenos que se relacionam com a economia agregada, procura definir e analisar os chamados agregados econômicos. Por exemplo, quando analisamos a INFLAÇÃO, isto é um aumento generalizado dos preços de produtos de uma região num período, ou então o Produto Interno Bruto – PIB, quanto em unidades monetárias (\$) se produziu de serviços e bens novos na economia, durante um período, num país específico.

Microeconomia é o eixo da economia responsável pelo estudo das decisões dos Agentes Econômicos (grupo específico de pessoas que transaciona mercadorias e serviços) e como tais decisões interagem em Mercados. Em Microeconomia veremos basicamente a resolução de problemas de maximização ou minimização envolvendo os agentes econômicos (firmas, famílias e governo).

A Teoria das Vantagens Comparativas (ou princípio das vantagens comparativas) revela porque quando há uma relação comercial entre dois países, regiões ou pessoas fatalmente haverá um maior benefício, mesmo quando um deles não for tão eficiente, do ponto de vista produtivo, na fabricação dos bens ou serviços transacionados (vantagem absoluta). O que se leva em conta para a análise é a comparação da curva de custos de todos os bens envolvidos, isto é a razão da produtividade que cada país possui, essa teoria, atualmente norteia o comércio internacional.

Eficiência pode ser do ponto de vista de alocação ou do ponto de vista da produção a eficiência se atinge quando se produz o que o consumidor deseja e na dose certa ao menor custo possível.

Agentes Econômicos são aqueles que decidem e interagem em mercados: as Famílias, as Empresas, o Governo e o Resto do Mundo.

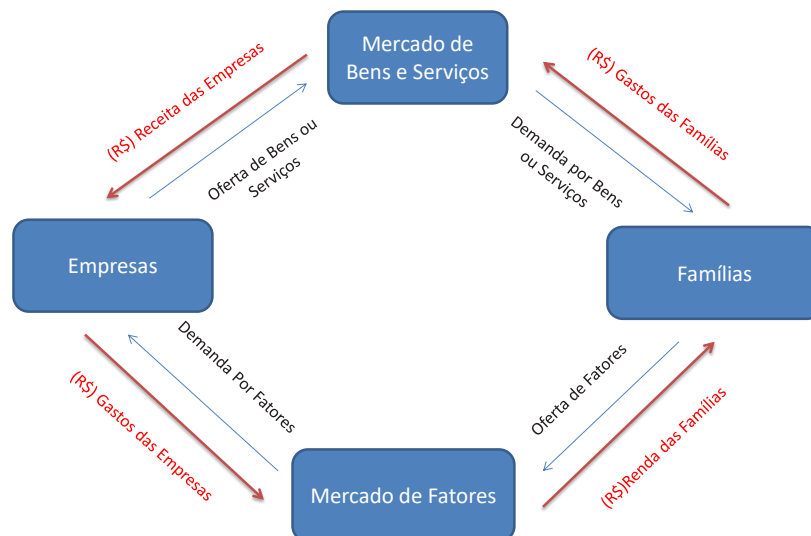
Mercado é lugar onde os agentes decidem, atuam e transacionam bens (mercadorias) ou serviços.

Fluxo da Renda Insumo e Produto Supondo, um modelo econômico (o modelo é uma redução da realidade econômica observada, para facilitar a análise, como se fosse uma planta de uma casa, ou um mapa de uma cidade) de uma economia fechada (quando não há comércio exterior, com o Resto do Mundo) e sem governo, as empresas adquirem das Famílias (compram ou alugam), no Mercado de Fatores, os fatores de produção (Recursos Humanos, Recursos Naturais, Capacidade Empresarial e o

Capital) também conhecidos como insumos, e pagam por eles (salários, aluguéis, lucro e juros), para que essas empresas possam produzir bens (mercadorias) e serviços.

Por outro lado, nessa mesma economia, no Mercado de Bens ou Serviços, as famílias é que adquirem das empresas (compram ou alugam) os serviços e bens (mercadorias) produzidos nessa economia.

Conforme observamos, as transações econômicas entre as famílias e as empresas, são realizadas da seguinte forma: as firmas compram das famílias os insumos para produzir no mercado de fatores, e simultaneamente as famílias compram das firmas, no mercado de bens e serviços, a produção de bens (mercadorias) e serviços produzidos pelas empresas (firmas).



Fonte: autor, 2023

ESTRUTURAS DE MERCADO

A Concorrência Perfeita, Livre Concorrência, Mercado Competitivo, Mercado Concorrencial, é o mercado cujos agentes econômicos transacionam bens (mercadorias) ou serviços que possuem um preço previamente estabelecido para produtores e consumidores sem que esses possam discuti-lo, o preço não é alterado por um único produtor ou consumidor, outra característica é um número muito grande de produtores e consumidores, também não há qualquer barreira para se entrar ou sair desse mercado, o produto transacionado é homogêneo e o lucro é baixo.

Monopólio; é uma estrutura de mercado em que há apenas um agente ofertante do bem (mercadoria) ou serviço, e muitos consumidores, o preço é definido pelo agente produtor, existem elevadas barreiras de entrada e saída desse mercado. O Preço é alto (acima do preço de mercado) e a atividade geralmente é ineficiente. São exemplos desse tipo de mercado: Metrô, Energia Elétrica, Distribuição de Água. No mercado de energia elétrica, uma única empresa oferece esse serviço a um preço acima do que seria o preço de mercado, e se outra empresa resolver entrar nesse mercado, o custo para começar a produzir seria infinitamente alto (instalações, mão de obra especializada, canais de distribuição, marketing dentre outras).

Oligopólio é uma estrutura de mercado onde poucos produtores e muitos consumidores, transacionam bens e serviços, existem elevadas barreiras à entrada (menores do que a estrutura de monopólio), um exemplo desse mercado: é o de Telecomunicações. Nesse caso os produtores são capazes de influenciar o preço do produto.

Outras Estruturas

Monopsônio, é muito parecido com a estrutura do monopólio, mas tem apenas um consumidor, que define o preço do bem ou serviço comercializado, e muitos produtores.

Oligopsônio (muito parecido com a estrutura do oligopólio, mas são poucos consumidores, que influenciam o preço do bem ou serviço transacionado, e muitos produtores).

	Concorrencial	Monopólio	Oligopólio
Produtores	Muitos	Um	Poucos
Consumidores	Muitos	Muitos	Muitos
Barreiras	Nula	Bastantes	Razoáveis

Fonte: autor, 2023

MICROECONOMIA

A microeconomia é o eixo da ciência econômica que analisa e estuda a interação dos agentes econômicos em mercados específicos e seus desdobramentos.

Elementos do Mercado concorrencial

DEMANDA

A Curva de Demanda mostra o comportamento do consumidor na escolha de quantidades a serem consumidas levando-se em conta o preço do próprio bem, isto é, mede a disposição do consumidor a pagar pelo bem.

De forma geral, essa relação entre o preço e quantidade demandada do bem ou serviço é INVERSA, isto é, se o preço do bem aumenta, quantidade consumida desse bem diminui *Ceteris Paribus* (é uma expressão latina, comumente utilizada pelos economistas que significa analisar a variável sob questão considerando que todas as outras variáveis estejam constantes).

No modelo abaixo o preço é uma variável ENDÓGENA, isto é, aquela variável que está prevista no modelo.

$q_d = f(p)$ (a quantidade demandada de um bem ou serviço é dada em função do preço do próprio bem) - $Q_d =$ Quantidade de demanda

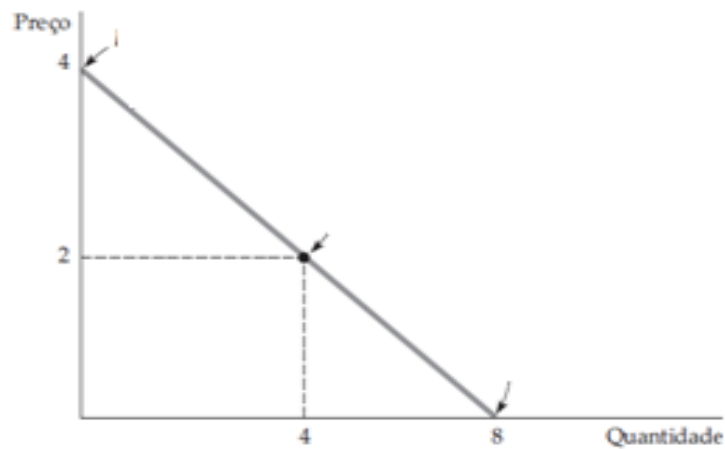
A renda, e o preço de outros bens, nesse caso, são variáveis EXÓGENAS, isto é, aquelas variáveis que NÃO estão previstas no modelo, mas são capazes de alterar o nível de consumo.

O preço, e só ele, é responsável pelas variações ao longo da curva no modelo de Demanda $q = f(p)$, já que ele é uma variável endógena.

Por outro lado, as variáveis exógenas (renda, preço de outros bens, preferência do consumidor) são responsáveis pelo deslocamento de toda a curva de DEMANDA, ou para esquerda, ou para a direita.

* $F(p)$ = variação do preço

Gráfico da Demanda e as variações do preço do bem.



Fonte: ROBERT S PINDYC, Pag 22

P1= preço 1 - Q1....Q2

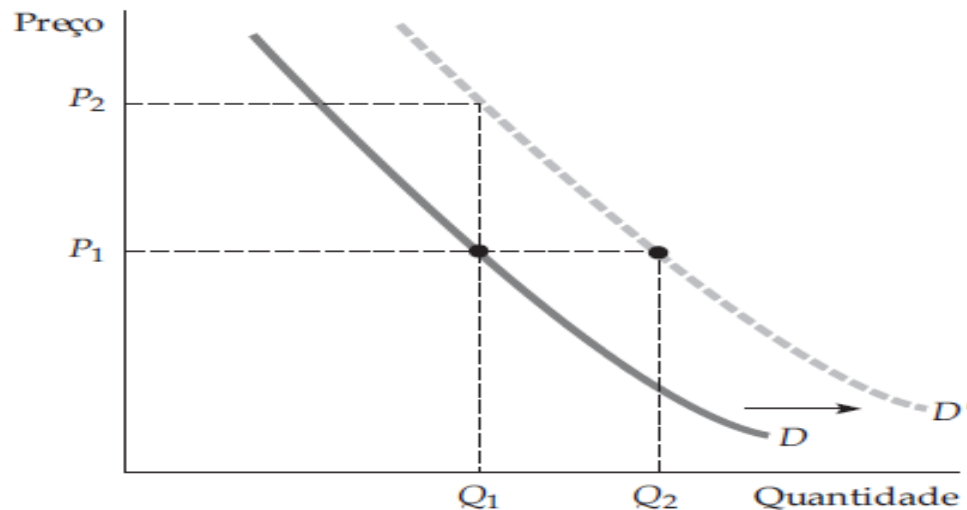
P2= preço 2- Q1.....Q2

D`= demanda da curva.

Observe o gráfico da **Curva de Demanda** acima e perceba que a medida que o preço cai o consumo aumenta, e, por outro lado à medida que o preço aumenta, a quantidade demandada diminui.

As quantidades demandadas guardam uma relação inversa com o preço (isto é, a medida que o preço sobe a quantidade consumida do bem cai), a curva de demanda representa o comportamento do consumidor.

No caso da Renda do consumidor, uma variável exógena, caso haja variações positivas ou negativas haverá o deslocamento da curva para a Direita ou para a Esquerda.

Gráfico da demanda, para o modelo $q = f(p)$, com variação de Renda.

Fonte: ROBERT S PINDYC, Pag 22

Observamos que se o bem for Normal – aquele que o consumidor tem um comportamento normalmente esperado, ou seja, o consumo aumenta quando a renda do consumidor aumentar (***Ceteris Paribus***) – o aumento da Renda provocará um deslocamento de toda a curva para a direita, de D para D' . Isso fará com que ao mesmo preço, haverá um novo nível de consumo. O inverso também é verdadeiro.

O comportamento do Bem inferior – aquele que o consumidor tem um comportamento não esperado, ou seja, o consumo aumenta quando a renda do consumidor diminuir (***Ceteris Paribus***) – é exatamente ao contrário, a renda aumenta, mas o consumo diminui. E quando há uma retração da renda o consumo desse tipo de bem aumenta. Um exemplo pode ser o consumo da carne de segunda para um consumidor de baixa renda. Quando ele recebe um aumento, consome menos carne de segunda e passa a consumir carne de primeira.

Se os bens forem complementares – aqueles bens ou produtos que são consumidos ao mesmo tempo, por exemplo, computadores e impressoras – ao se aumentar o preço do próprio bem (P_a) diminuir-se-á a quantidade consumida desse bem (q_a) e conseqüentemente se diminuir o consumo do outro bem (q_b), já que são consumidos em conjunto.

Ex: Sapatos e meias se houver um aumento no preço de sapatos (P_b) o consumo de sapatos diminuir (q_b) e conseqüentemente, a quantidade de meias diminuir (q_a), mesmo o preço da meia tendo permanecido o mesmo.

Se os bens forem Substitutos – aqueles bens ou produtos que são consumidos de forma excludente, por exemplo, carne e frango – ao se aumentar o preço do próprio bem (P_a) diminuir-se-á a quantidade consumida do próprio bem (q_a) e então se aumenta o consumo do outro bem (q_b).

Ex.: O exemplo pode ser sapatos e tênis, se houver um aumento no preço de sapatos (P_b) o consumo de sapatos diminuir (q_b) e porque eles geralmente são consumidos de forma excludente, a quantidade consumida de tênis aumenta (q_a), mesmo o preço do tênis tendo permanecido o mesmo.

Tabela sobre os tipos de bens (mercadorias) ou serviços:

	TIPO	TIPO
Preço do Próprio Bem	COMUM (Relação Inversa) (↑p e ↓q)	GIFFEN (Relação Direta) (↑p e ↑q)
Renda	NORMAL (↑R e ↑q)	INFERIOR (↑R e ↓q)

Preço de outros Bens	COMPLEMENTARES (↑ p_b e ↓ q_a)	SUBSTITUTOS (↑ p_b e ↑ q_a)
-----------------------------	---	--

Fonte: autor, 2023

O **Bem de Giffen** – Essa classe de bens recebe esse nome em homenagem a Sir Robert Giffen, que foi citado no século XIX por Alfred Marshall como o criador da idéia, são aqueles bens ou produtos cujo comportamento do consumidor é diferente do da maioria dos produtos, isto é, se o preço do bem aumentar o consumo do bem aumenta e por outro lado se o preço do bem diminuir o consumo desse bem diminui nesse caso a curva de demanda é crescente. – é uma condição muito especial de bem. Ele necessariamente tem que ser um bem inferior. Isso não implica em que todo bem inferior será bem de Giffen.

Dica: Todo bem de Giffen é um bem inferior, mas nem todo bem inferior é um bem de Giffen.

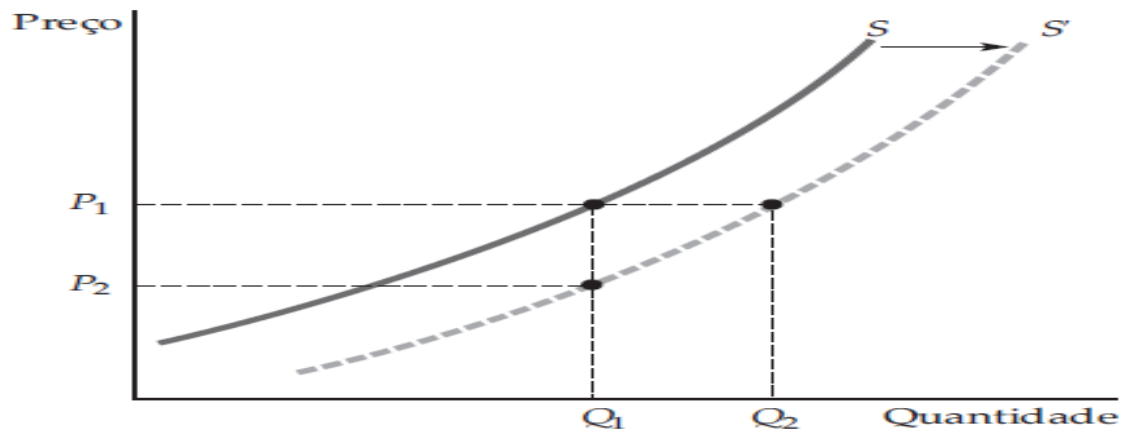
OFERTA

A oferta demonstra a quantidade que os ofertantes estão dispostos a oferecer de bens ou serviços levando-se em conta os preços pagos por esses bens ou serviços. Da mesma forma que na curva de demanda o preço para o modelo, $q = f(p)$ é uma variável Endógena, prevista no modelo, portanto o preço é responsável pelas variações na quantidade ao longo da curva de oferta.

A relação de oferta é uma relação direta entre preço e quantidade, ou seja, à medida que o preço aumenta as quantidades ofertadas aumentarão e se eles diminuírem fatalmente as quantidades ofertadas diminuirão (*Ceteris Paribus*) todas as outras variáveis constantes).

A curva de oferta representa o comportamento do ofertante.

O preço é responsável pela variação ao longo da curva de oferta.



Fonte: ROBERT S PINDYC, Pag 20

A Tecnologia, quando varia positivamente desloca a curva para a direita e quando varia negativamente desloca a curva para a esquerda.

O Preço dos insumos, outra variável exógena, quando aumentam deslocam a curva para a esquerda, quando diminuem deslocam a curva para a direita.

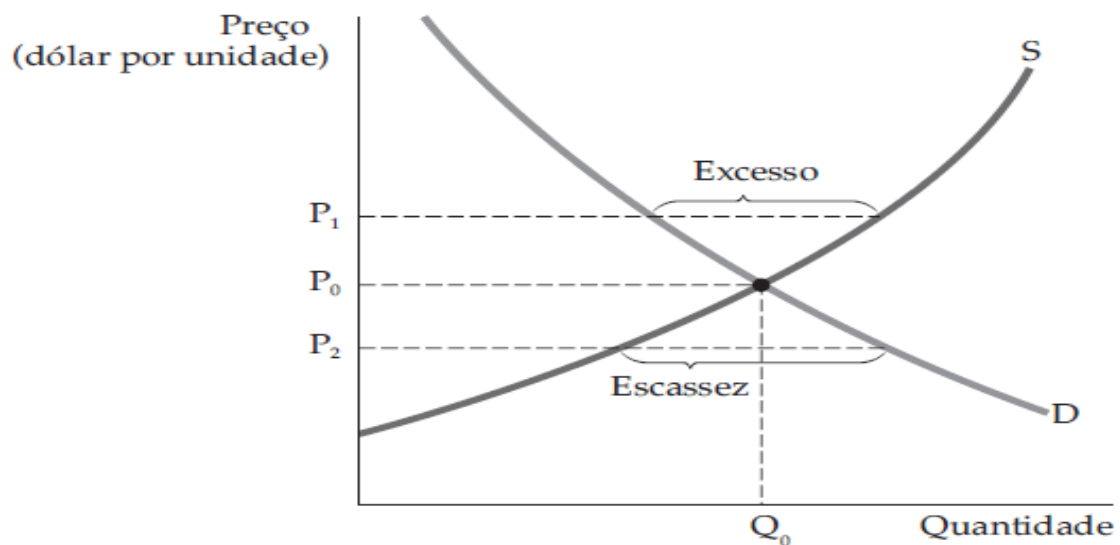
Os Tributos, quando cobrados deslocam a curva para a esquerda, já subsídios governamentais (incentivos que o governo dá a alguns produtos produzidos, reduzindo os custos) quando implantados, deslocam a curva para a direita.

Em resumo, tudo que reduz custos produtivos desloca a curva de oferta para a direita, e tudo que aumenta custos desloca a curva de oferta para a esquerda.

Portanto existem duas listas diferentes de variáveis Exógenas (aquelas que não pertencem a função do modelo $q = f(p)$, ou seja, diferentes do preço do próprio bem), as que deslocam a curva de demanda (preço de bens substitutos, preço de bens complementares, renda do consumidor) e as que são responsáveis pelos deslocamentos da curva de oferta (Tecnologia, Tributos, Incentivos Governamentais à produção, Subsídios, Clima, todas as que reduzem custo de produção).

EQUILÍBRIO

Equilíbrio de Mercado se dá quando a demanda se iguala a oferta. No caso desse modelo $q = f(p)$, ocorre quando $q_s = q_d$ (quantidade ofertada é igual a quantidade consumida)



Fonte: ROBERT S PINDYC, Pag 23

O ponto (p_0, q_0) representa o ponto de equilíbrio de Mercado, isto é, ao preço p_0 consumidores e produtores estão dispostos respectivamente a consumir e ofertar a mesma quantidade do bem, isso ocorre quando $q_s = q_d$.

Ao preço p_2 haverá escassez de produtos ou serviços, isto é, muitos consumidores não serão atendidos ($q_d > q_s$). Já ao preço p_1 haverá excesso, ou seja, toda a demanda será satisfeita, mas haverá sobra, um aumento do estoque para o próximo período ($q_d < q_s$).

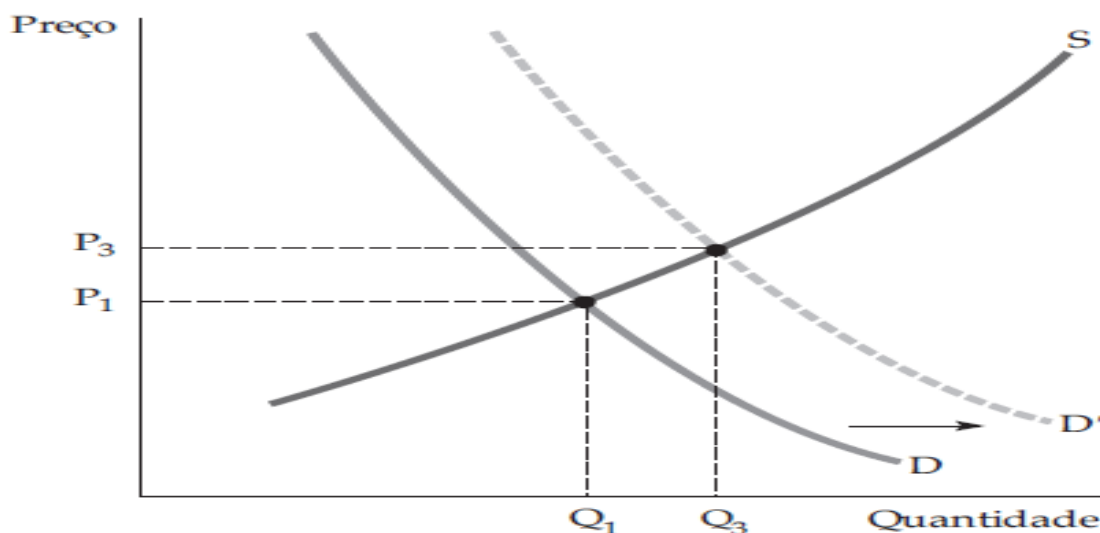
ESTÁTICA COMPARATIVA

Na economia, a estática comparativa é a comparação de dois diferentes resultados econômicos, antes e depois de uma mudança na variável exógena. Ela compara dois diferentes estados de equilíbrio, não estuda o movimento por trás do equilíbrio nem o processo de mudança. A estática comparativa é normalmente usada para estudar mudanças na oferta e demanda ao analisar um único mercado foi formalizada por John Richard Hicks (1939).

O novo ponto de equilíbrio será analisado após os deslocamentos, não nos preocuparemos com o trajeto para o novo equilíbrio.

No novo ponto de Equilíbrio entre a Oferta (S) e a Demanda (D), as mudanças podem ser provocadas por deslocamentos tanto da curva de demanda quanto da curva de oferta.

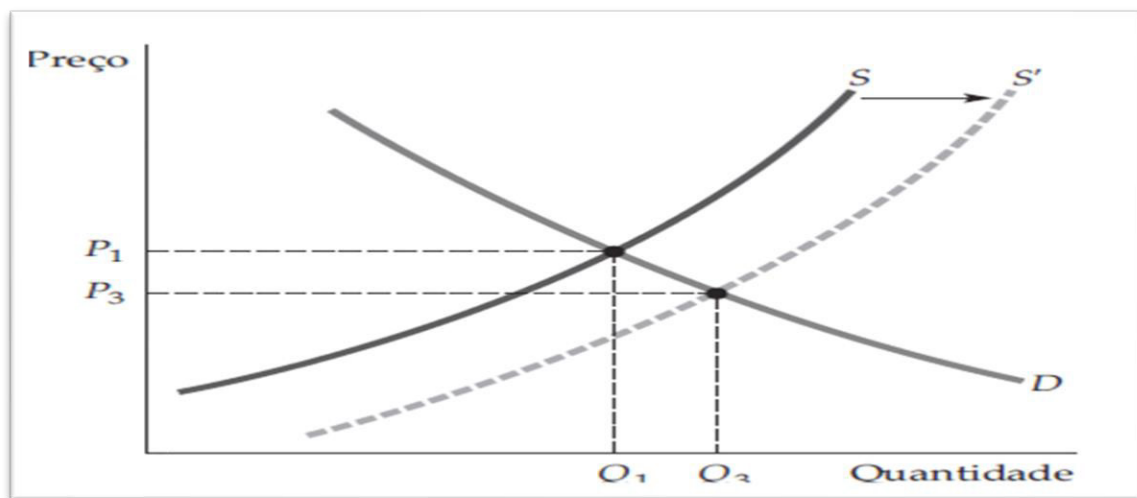
Deslocamentos nas curvas de Demanda, devido a alterações do nível de variáveis Exógenas (Renda, Preço de bens substitutos ou preço de bens complementares).



Fonte: ROBERT S PINDYC, Pag 25

Nesse caso, o deslocamento da curva de Demanda para a DIREITA (D'), causa uma nova situação de equilíbrio para o mercado, que se dá a preços mais altos, mas com mais quantidades transacionadas (cruzamento de S com D').

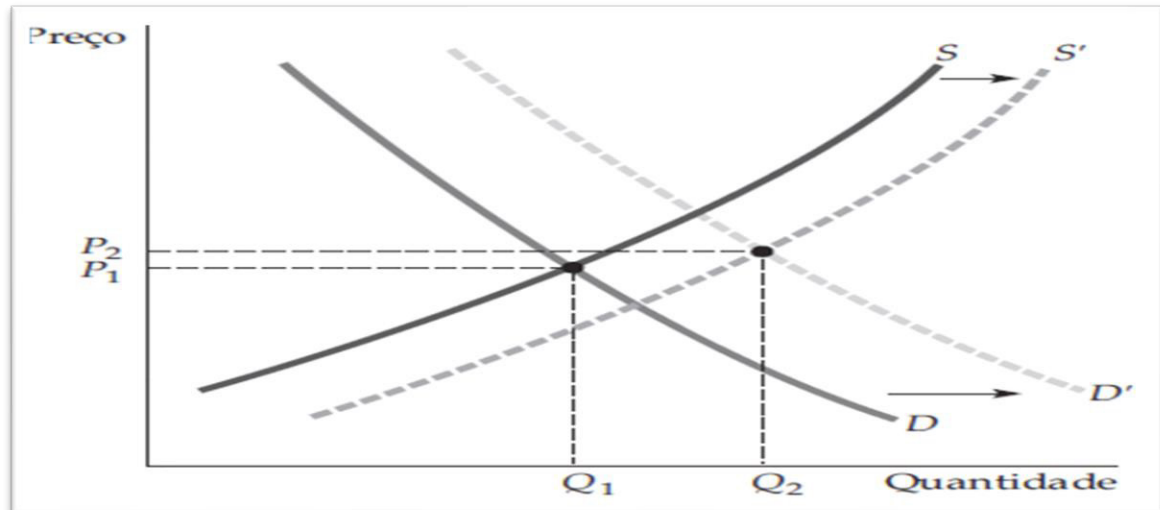
Deslocamentos na curva de Oferta, são provocados por variações nas variáveis exógenas de oferta (preço dos insumos, tecnologia, clima, tributos, subsídios).



Fonte: ROBERT S PINDYC, Pag 24

Nesse caso, com o deslocamento para a Direita, por conta de redução nos custos para produzir, o novo equilíbrio entre oferta e demanda dar-se-á a preços menores com mais quantidades comercializadas (cruzamento da curva D com S').

Para os deslocamentos simultâneos das Curvas de oferta e demanda conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Fonte: ROBERT S PINDYC, Pag 25

Sobre esses deslocamentos simultâneos pode-se dizer que o equilíbrio será em um outro ponto.

As informações sobre a magnitude do preço e da quantidade de equilíbrio dependerá da inclinação das curvas e do tamanho dos deslocamentos.

As variações dos preços e quantidades de equilíbrios de um bem, na demanda tem relação com dois efeitos: o efeito renda e o efeito substituição.

Efeito Renda: Esse efeito é determinado pela variação da renda, ou seja, o consumidor altera o seu nível de riqueza (seja pelas variações de salários ou por variações de preços na economia).

Efeito Substituição: Esse efeito é determinado pela variação de preços de outros bens, ou seja, o consumidor a partir de um aumento de qualquer preço da cesta de consumo, realoca seus gastos (substituindo bens e serviços na economia).

Por outro lado, tais variações de equilíbrio, na oferta são explicadas por variações nos custos de produção da firma, por exemplo: preço dos insumos, variação na tecnologia, variação na tributação, subsídios ou incentivos, questões climáticas.

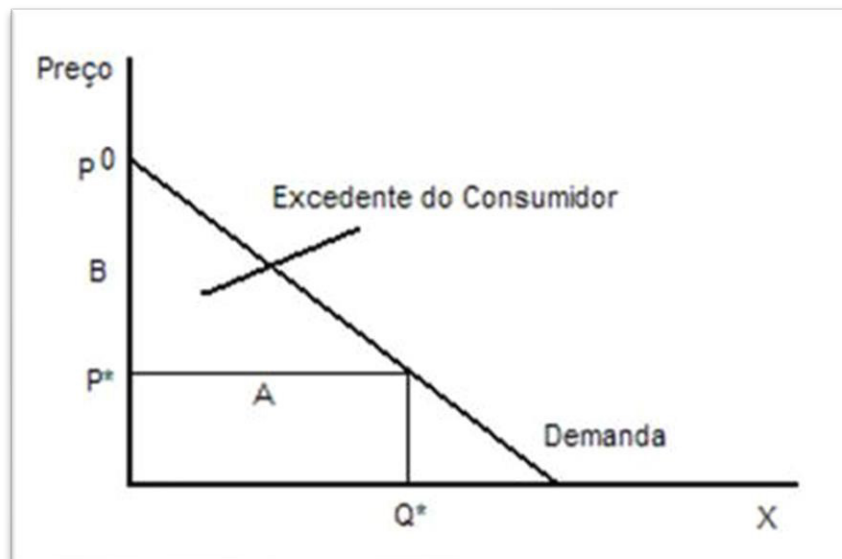
O **Equilíbrio Parcial**, está relacionado com o estado de equilíbrio de um único mercado, por exemplo, o mercado de aluguéis no Distrito Federal. Equilíbrio Geral, diz respeito ao Equilíbrio de Todos os mercados da Economia.

EXCEDENTES

O excedente do consumidor (na curva da demanda)

É a diferença entre o Preço de reserva e o preço de mercado, ou de equilíbrio, ou seja, aquele que o consumidor efetivamente paga pelo bem.

Preço de Reserva, conhecido também como preço proibitivo é o preço máximo que o consumidor está disposto a pagar pelo bem, acima do qual não há consumo, nesse preço o consumidor é indiferente ao consumo do bem ou serviço;



Fonte: Autor 2023

P^* preço de mercado ou de equilíbrio

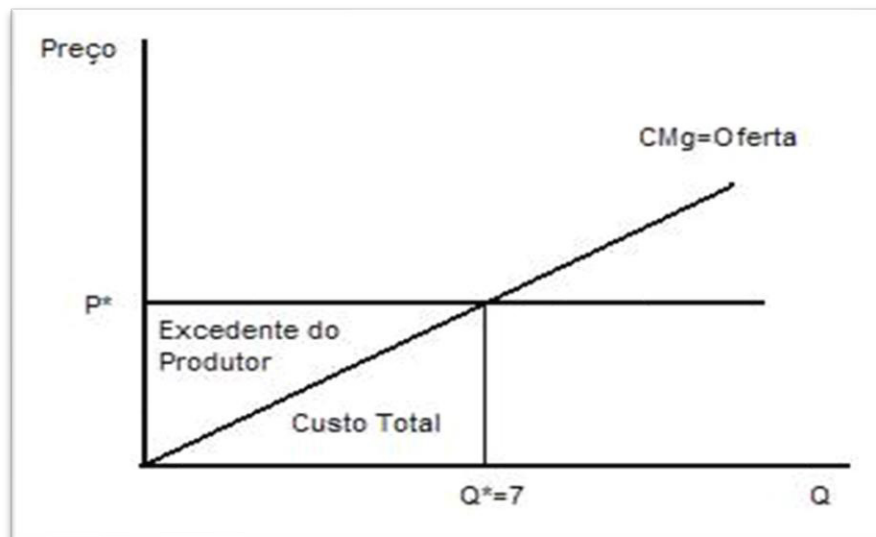
Q^* quantidade de mercado ou de equilíbrio.

O Excedente do Produtor (na curva de oferta)

É a diferença entre o preço que empresa efetivamente vende o bem e o preço que ela estaria disposta a ofertar o bem no mercado, **PREÇO MÍNIMO**.

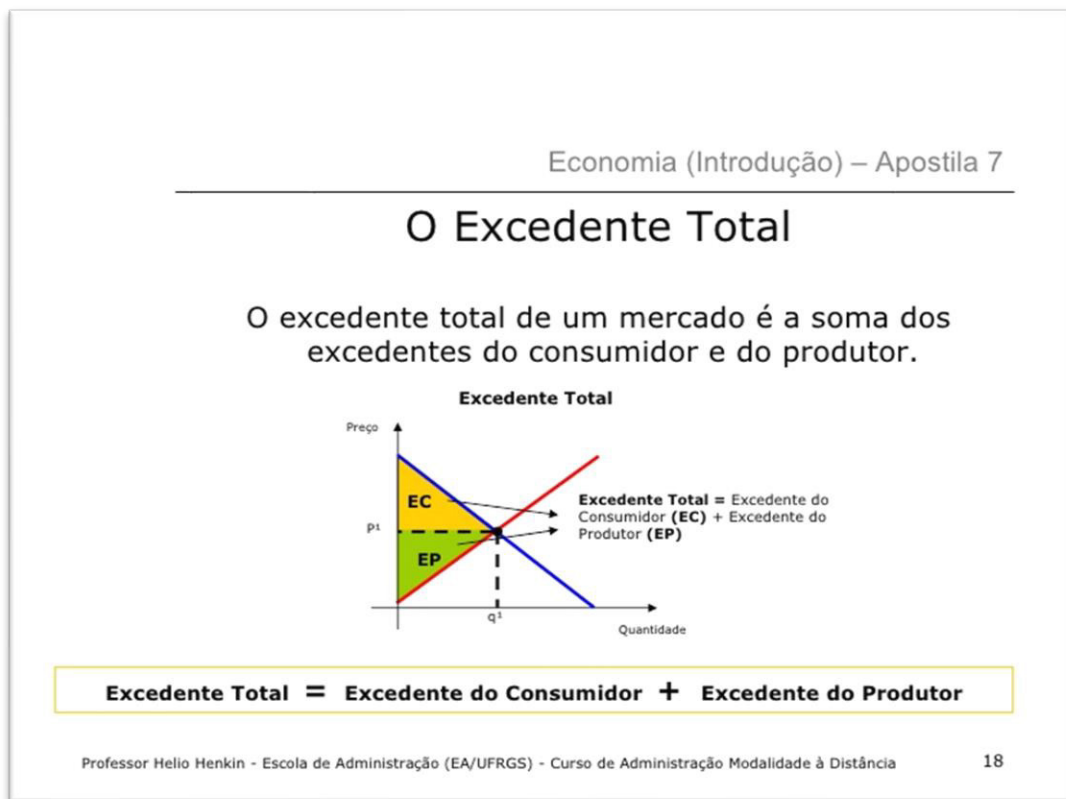
PREÇO MÍNIMO é o menor preço que o produtor está disposto a ofertar o bem, abaixo do qual não há oferta, nesse preço o produtor é indiferente à produção ou oferta do bem ou serviço;

O Excedente do Produtor tem relação direta com a eficiência produtiva, as empresas eficientes conseguem produzir abaixo do nível de mercado.



Fonte: autor 2023

Excedente Total (na curva de equilíbrio) é a soma do excedente de consumidor e do produtor.



Fonte: <https://pt.slideshare.net/rafaeldesconsi/ead-apostila-7-hh-economia-introduo-para-administrao>, acesso em 11 de agosto de 2023.

O Excedente total é a soma dos excedentes do consumidor e do produtor.

O valor “a” corresponde à quantidade em que $p=0$, por isso é o ponto de corte do eixo das quantidades (para verificar matematicamente basta substituir na equação de demanda)

Os valores “a/b” (correspondendo ao preço de reserva) da curva de Demanda, e “-c/d” (correspondendo ao preço mínimo) da curva de oferta, são valores que quando as quantidades de Demanda e de Oferta respectivamente, são nulas “ $q_s=0$ ” e “ $q_d = 0$ ”; (para verificar basta substituir na equação matemática das duas equações)

ÓTIMO DE PARETO, é a situação na qual não há possibilidade de melhorar a situação de nenhum agente econômico, sem que se piore a situação de outro agente econômico. Essa é a situação de Eficiência de Pareto. Pode não ser justa, mas é eficiente.

Pode haver uma situação em que um agente tenha tudo e outro agente sem nada.

Ineficiente de Pareto ou sub ótimo de Pareto, é a situação na qual há possibilidade de se melhorar a situação de um agente, sem que se piore a situação de outro agente.

Melhoria de Pareto é uma ação na qual a situação de um agente econômico é efetivamente melhorada sem que haja a piora da situação de outro agente, portanto a situação de ineficiência de Pareto, passa por sucessivas ações de melhoria de Pareto, até que se atinja num determinado momento a situação de eficiência de Pareto.

Existem outros tipos de situações em que o mercado apesar de se encontrar em equilíbrio, não é eficiente, por exemplo, o equilíbrio de Nash. Para a Teoria do Jogos, dois jogadores estão em Equilíbrio de Nash quando a estratégia adotada por um deles é a mais bem dada à estratégia adotada pelo outro e vice-versa, portanto, nenhum dos jogadores pode aumentar seu ganho alterando, de forma unilateral, sua estratégia.

FALHAS DE MERCADO

Externalidades Negativas. A poluição de um rio quando a indústria atua na sua margem é um exemplo típico.

Há uma nítida incompatibilidade entre os custos privados e os custos sociais, isto é, os custos sociais são maiores do que os custos privados.

Custo Social > Custo Privado

Externalidades Positivas. O benefício social supera o benefício privado, por isso não existirão de forma abundante.

Um exemplo é a quantidade de vagas de um curso superior de medicina de uma instituição privada, o benefício de ter mais médicos na sociedade é maior do que o benefício para a instituição que fornece esse serviço.

Benefício Social > Benefício Privado.

Bens Públicos são bens não rivais e não excludentes. Não rivais porque o consumo de um agente não prejudica o consumo de outro. Não Excludentes porque é difícil de excluir um agente econômico em especial, não se evita a figura do “Free-rider” (Carona), os exemplos são: Segurança Pública, Serviços de Saúde Pública, Iluminação Pública, Praça Pública, Parques Públicos (gratuitos) etc.

Poder de Mercado esse tipo de falha acontece, quando uma empresa é capaz de influenciar o preço de mercado. Essa falha é presente nas estruturas de mercados não competitivas ou imperfeitas (oligopólio, competição monopolística, Monopólio).

Assimetria de Informação acontece quando uma das partes do mercado possui mais informação sobre a transação realizada do que a outra parte. Nesse cenário pode haver a inibição de transações futuras, caracterizando a falha de mercado.

Mercados Incompletos

Um mercado é considerado incompleto quando um bem ou serviço não é ofertado, mesmo que seu custo de produção esteja abaixo do preço que os consumidores em potencial estariam dispostos a pagar, há demanda para o bem ou serviço, mas não há oferta suficiente.

CAPITULO 2

Elasticidade

A elasticidade mede a reação dos agentes econômicos à mudança de algum fator da economia, mas essa reação é especificamente uma variação percentual, a elasticidade mede o tamanho do impacto, é um valor adimensional.

Elasticidade preço da demanda, mede o impacto da reação dos consumidores a mudanças no preço do bem ou serviço. Essa reação é a variação percentual na quantidade consumida ocasionada por uma variação percentual no preço do próprio bem ou serviço.

Como estamos trabalhando com uma relação inversa entre o preço e a quantidade demandada quando se calcula o valor da elasticidade haverá um número negativo. Neste caso utilizamos o módulo, o valor absoluto (o sinal negativo apenas expressa a relação inversa entre preço e quantidade demandada no modelo de $q = f(p)$ demanda)

Tipos de elasticidade

Preço da demanda

$/E/ = 0$ são bens cuja classificação da elasticidade da demanda é perfeitamente inelástica (bens vitais) isto é, não há reação na quantidade consumida quanto aumento de preço. Por exemplo, o coquetel de remédios para aidéticos; por mais que o preço aumente o consumo permanecerá o mesmo.

Na fórmula $E = \Delta\%q / \Delta\%p$ (se $\Delta q = 0$ então $/E/ = 0$)

$/E/$ = função modular de E

Δ = representa a variação

- Se, $/E/ < 1$ são bens cuja classificação da elasticidade da demanda é **INELÁSTICA** (bens essenciais), isto é, uma variação menos que proporcional à variação de preço.

- Se, $/E/ = 1$ são bens cuja classificação da elasticidade da demanda é **unitária**, isto é, uma variação na mesma proporção com relação à variação de preço.

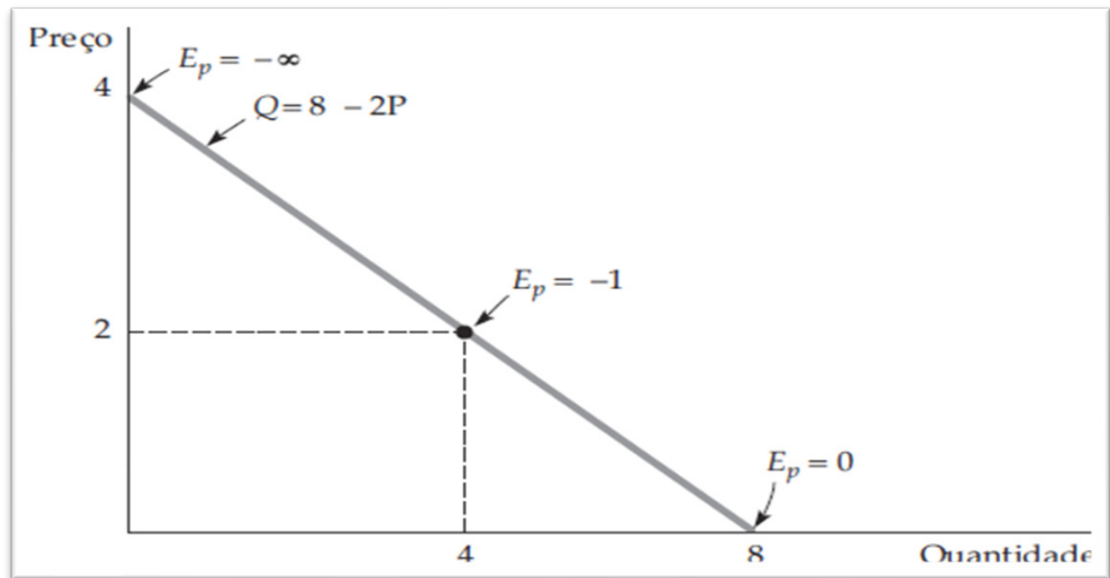
- Se, $/E/ > 1$ são bens cuja classificação da elasticidade da demanda é **elástica**, isto é, uma variação mais que proporcional à variação de preço.

- Se, $/E/ > \infty$ são bens cuja classificação da elasticidade da demanda é **perfeitamente elástica**, isto é, uma variação infinitesimal de preço, gera uma total reação na quantidade demandada.

Obs: $\infty = \text{infinito}$

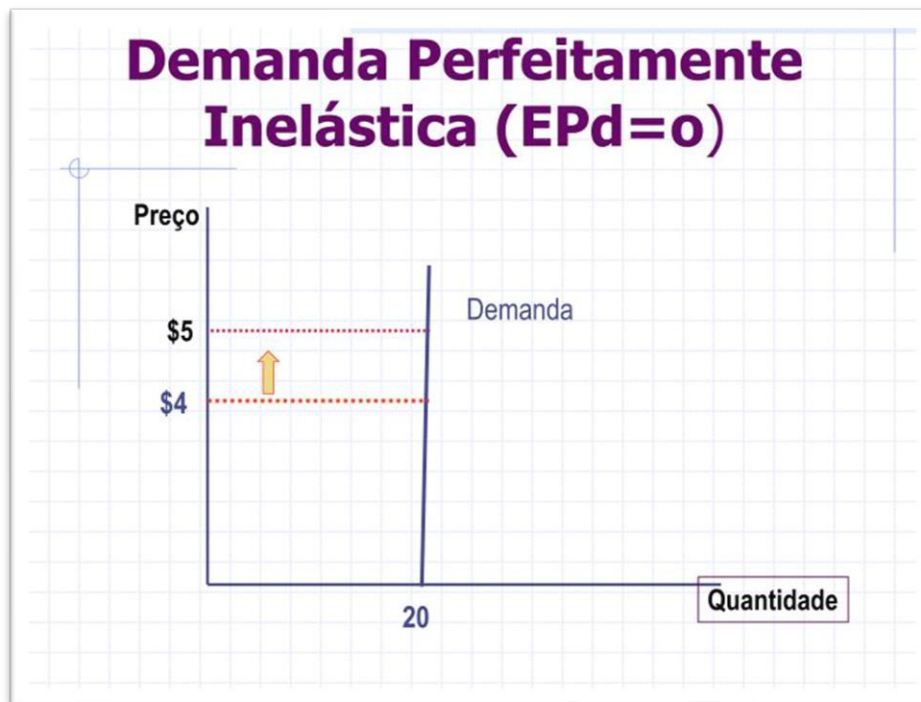
- $/E/ = 0$ Perfeitamente inelástica (sem reação do consumidor)

- $|E| < 1$ Inelástica (pouca reação do consumidor)
- $|E| = 1$
- $|E| > 1$ Elástica (muita reação do Consumidor)
- $|E| > \infty$ Perfeitamente Elástica (total reação do consumidor)



Fonte: ROBERT S PINDYC, Pag 32

Para a demanda perfeitamente inelástica, ou infinitamente inelástica, o gráfico é esse, isto é, qualquer variação infinitesimal no preço, não há reação para o consumo, a quantidade demandada é fixa (bens vitais).



Fonte: <https://www.slideserve.com/jaime-tyler>, acesso em 21 DE julho de 2023

Para a demanda perfeitamente elástica, ou infinitamente elástica, o gráfico é esse, isto é, uma variação infinitesimal no preço, provoca uma reação descomunal no consumo, a quantidade demandada varia infinitamente.

Fatores que influenciam o tamanho do Coeficiente de Elasticidade:

- ✓ **O impacto do consumo no orçamento:** quanto maior o impacto no orçamento, mais elástica é a demanda, quanto menor for o impacto menos elástica é a demanda;
- ✓ **Importância do bem** quanto mais essencial for o bem ao consumidor, menos elástica será a demanda;
- ✓ **Número de bens substitutos** quanto mais substitutos tiver o bem, mais elástica é a demanda;

- ✓ **As Preferências do Consumidor** quanto maior for a preferência pelo bem, menos elástica é a demanda;
- ✓ **Curto prazo versus longo prazo** no longo prazo, a demanda é mais ELÁSTICA do que no curto prazo, porque é possível encontrar um número maior de substitutos para o bem. Para economia curto prazo é o período em que pelo menos um dos fatores de produção são fixos, e no longo prazo todos os fatores de produção são variáveis.

Elasticidade Preço da Demanda e Receita Total o comportamento da receita total, em relação ao preço do bem ou serviço, está relacionado ao coeficiente de elasticidade.

Dica: *Se a demanda for elástica maiores preços reduzem a Receita Total;*

Já se a demanda for inelástica quanto maior o preço maior será a Receita Total.

Para entendermos essas duas constatações faz-se necessário analisarmos a Receita Total. A Receita Total (RT) é calculada com base nas quantidades efetivamente consumidas e no preço que se pagou por elas.

Ex: $RT = p \times q_d$ se, por exemplo, o preço for \$ 100,00 (cem unidades monetárias) e a quantidade consumida for 38. A Receita Total será \$ 380,00 (trezentos e oitenta unidades monetárias).

Numa demanda **ELÁSTICA**, há uma reação alta quando se altera o preço, uma variação positiva nos preços, causa uma reação mais que proporcional de redução no consumo. Portanto, nesse caso a Receita Total será, em regra, menor quanto maior for o Preço. (os preços nas demandas elásticas são baixos)

✓ Se $\uparrow p$ então $\downarrow q$ (demanda Elástica) então $\downarrow \boxed{RT = p \times q}$

✓ Se $\downarrow p$ então $\uparrow q$ (demanda Elástica) então $\uparrow \boxed{RT = p \times q}$

Numa demanda **INELÁSTICA**, há uma reação baixa quando se altera o preço, uma variação positiva nos preços, causa uma reação menos que proporcional de redução no consumo. Portanto, nesse caso a Receita Total será, em regra, maior quanto maior for Preço.

✓ Se $\uparrow p$ então $\downarrow q$ (demanda Elástica) então $\downarrow \boxed{RT = p \times q}$

✓ Se $\downarrow p$ então $\uparrow q$ (demanda Elástica) então $\uparrow \boxed{RT = p \times q}$

A **Receita Marginal**, refere-se a receita que se obtém com a venda de uma unidade infinitesimal adicional do bem, nas curvas inelásticas, é sempre negativa.

Quando a empresa decide vender uma mercadoria ou um serviço existem dois aspectos a serem analisados.

Por um lado, a empresa venderá uma unidade infinitesimal a mais do bem e receberá fatalmente alguma receita por isso. Por outro lado, o mercado só absorve essa unidade a mais se se reduzir o preço.

Demanda	Preço e Receita Total	Receita Marginal
$E < 1$ Inelástica	$\uparrow p$ então $\uparrow RT$ ou $\downarrow p$ então $\downarrow RT$	Receita Marginal Negativa $R_{mg} < 0$
$E = 1$ Unitária	\downarrow ou $\uparrow p$ então RT (constante)	Receita Marginal Nula $R_{mg} = 0$

/E / > 1 Elástica	<p style="text-align: center;">↓p então RT↑ ou ↑p então RT↓</p>	<p style="text-align: center;">Receita Marginal Positiva R_{mg} > 0</p>
-----------------------------	--	--

Legenda

/E/- Elasticidade preço da demanda

RT- Receita Total

R_{mg}- Receita Marginal

P- Preço

Q- Quantidade

Elasticidade Renda mede a reação do consumidor, com relação ao consumo, quando houver mudanças na sua RENDA.

$$E_R = \Delta\%q / \Delta\%R$$

$$E_R = (\Delta q/q) / (\Delta R/R)$$

$$E_R = (\Delta q/q) \times (R/\Delta R)$$

$$E_R = (R/q) \times (\Delta q/\Delta R)$$

- ✓ Quando o Bem for **NORMAL**, a elasticidade é positiva, uma relação direta entre a renda e o consumo desse bem, **$E_R > 0$** à medida que a renda aumenta o consumo aumenta.
- ✓ Quando o Bem for **INFERIOR**, a elasticidade é negativa, uma relação inversa entre a Renda e o Consumo desse bem, **$E_R > 0$** à medida que a renda do consumidor aumenta o consumo diminui.

Elasticidade Preço da Demanda Cruzada mede a reação do consumidor, com relação ao consumo, quando houver mudanças no preço de outro bem.

$$E = \Delta\%q_a / \Delta\%p_b$$

$$E = (\Delta q_a / q_a) / (\Delta p_b / p_b)$$

$$E = (\Delta q_a / q_a) \times (p/\Delta p_b)$$

$$E = (p_b / q_a) \times (\Delta q/\Delta p_b)$$

- ✓ p_b preço do outro bem
- ✓ q_a quantidade do bem em questão.

Portanto, quando a elasticidade preço da demanda cruzada, expressar uma relação direta entre o preço do bem B e o consumo do bem A, ou seja, $E_c > 0$, o bem é um **BEM COMPLEMENTAR** – aqueles bens ou produtos que são consumidos ao mesmo tempo, por exemplo, computadores e impressoras –;

Portanto, quando a elasticidade preço da demanda cruzada, expressar uma relação inversa entre o preço do bem B e o consumo do bem A, ou seja, $E_c < 0$, o bem é um **BEM SUBSTITUTO** – aqueles bens ou produtos que são consumidos de forma excludente, por exemplo, carne e frango –;

Tanto o **Efeito Substituição** (esse efeito é determinado pela variação de preços de outros bens), ou seja, o consumidor a partir de um aumento de qualquer preço da cesta de consumo, realoca seus gastos (troca de um bem por outro devido a variações nos preços dos bens que compõe sua cesta de consumo, o consumidor preferirá uma combinação mais barata de bens à medida que os preços variam), quanto o **Efeito Renda** (mudança na quantidade consumida dos bens devido a variações na renda do consumidor, o consumidor compra mais do bem normal e menos do bem inferior toda vez que sua renda altera) garantem a relação inversa entre as quantidades consumidas e o preço do próprio bem.

Elasticidade preço da Oferta mede a reação dos produtores, com relação à quantidade ofertada, quando houver mudanças nos preços do bem.

No caso da oferta ocorre exatamente ao contrário do que na demanda a função de oferta linear $q = b + c p$ a quantidade ofertada é expressado por b (coeficiente linear) é a quantidade ofertada mesmo que o preço seja nulo), c (coeficiente angular); possui uma única elasticidade;

No caso da oferta não-linear a curva possui dois tipos de elasticidade:

Perto do limite produtivo da firma a elasticidade da oferta é positiva $E_s < 1$, isto é, uma variação percentual no preço, faz com que haja uma variação menos que proporcional nas quantidades ofertadas, trecho INELÁSTICO da Oferta;

Longe do limite produtivo da firma $E_s > 1$, isto é, uma variação percentual pequena no preço, faz com que a quantidade ofertada aumente mais que proporcional, trecho ELÁSTICO da Oferta.

Elasticidade e a Incidência Tributária o Consumidor arca com uma parte cada vez maior do tributo quanto mais **INELÁSTICA** for a demanda (elasticidade preço da Demanda) em relação à Elasticidade preço da oferta. E o inverso é também verdadeiro, quanto mais **ELÁSTICA** for a demanda (elasticidade preço da demanda) em relação à oferta (elasticidade preço da oferta), o consumidor arcará com menos imposto.

Obs: Portanto o agente econômico que tiver a curva mais **INELÁSTICA** em relação à curva do outro agente econômico arca com a maior parte do imposto. Arca com a menor parte do imposto aquele que tiver a curva mais **ELÁSTICA** em relação a curva do outro agente econômico (a comparação é a Elasticidade Preço da Demanda com a Elasticidade da Oferta).

Peso Morto é a perda de produção alocativa. Na tributação, parte do imposto não é arrecadada, porque como o tributo aumenta o preço final, alguns consumidores decidem não consumir, isto é, algumas transações não se realizam, por conta da tributação, já que o preço tributado é maior do que o preço de mercado, o preço de reserva do tributo também se eleva.

O peso morto aumenta com a inelasticidade dos agentes.

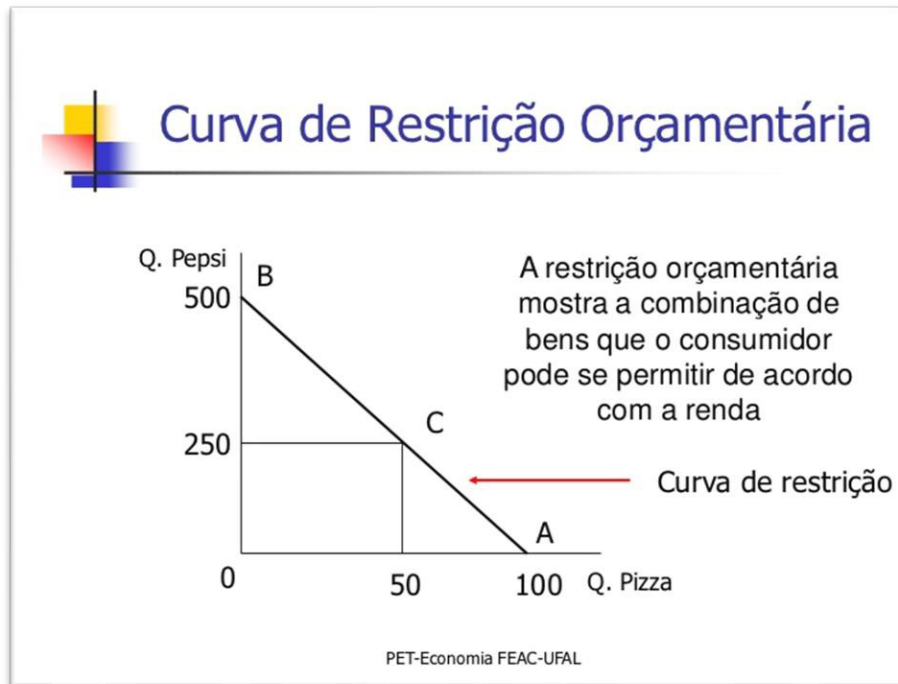
Quanto **mais inelástico** for o mercado menos peso morto haverá, quando se tributar (lembre-se inelasticidade é a incapacidade de reação a aumento de preços).

Os ambientes mais propícios à tributação, isto é, com tributação mais eficiente, são aqueles ambientes inelásticos, “o consumidor tem dificuldade de fugir do consumo”.

CAPÍTULO 3

RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Representa a quantidade de bens que o consumidor pode obter, isto é, a combinação de bens que o consumidor pode pagar, dada uma renda.



Fonte: <https://pt.slideshare.net/petecoslides/aula-11-teoria-da-escolha-do-consumidor>, acesso em 14 de junho de 2023

A Demanda Walrasiana descreve como o consumidor distribui sua renda ao consumir os bens.

Equação da demanda Walrasiana: $m = q_1 (p_1) + q_2 (p_2)$ Dessa equação também tiramos a taxa de troca de um bem pelo outro.

Se $m = q_1 (p_1) + q_2 (p_2)$ então, posso dividir toda a equação por p_1 , assim teremos:

$$m / p_1 = q_1 \frac{p_1}{p_1} + q_2 \times p_2 / p_1$$

$$m / p_1 = q_1 + q_2 \times p_2 / p_1$$

$$m / p_1 = q_1 + p_2 / p_1 \times q_2$$

$$m / p_1 - p_2 / p_1 \times q_2 = q_1$$

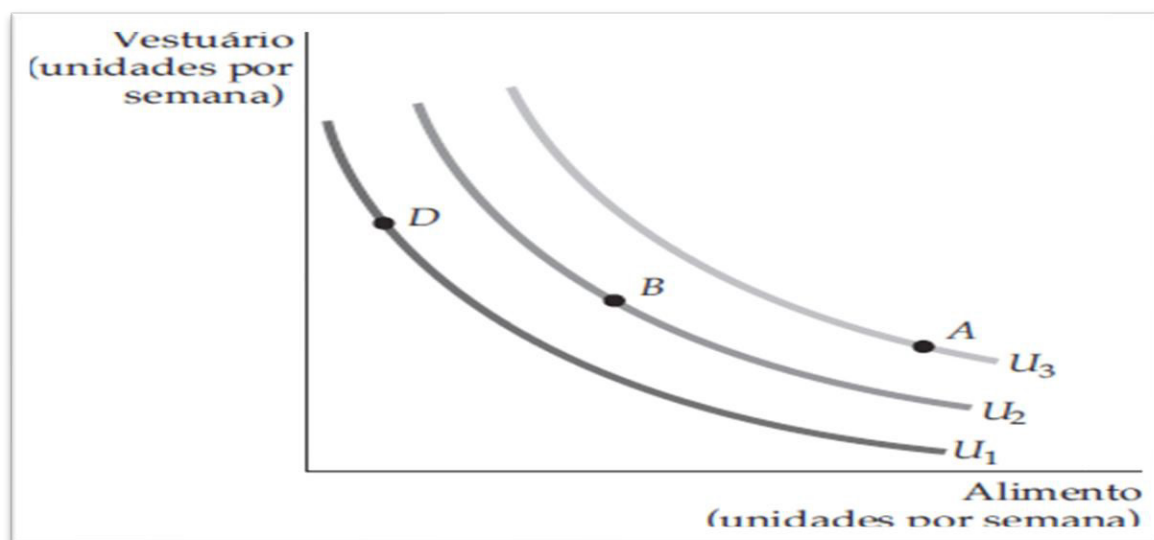
$$q_1 = m / p_1 - \frac{p_2}{p_1} \times q_2$$

Então, a taxa que o consumidor da equação acima troca o bem 1 pelo bem 2 (**taxa marginal de substituição**) é: $-\frac{p_2}{p_1}$

CONSUMIDOR

O consumidor enfrenta um problema de maximizar a utilidade (representa a satisfação do consumidor) dos bens a serem consumidos, sujeito a uma restrição orçamentária. Ele escolhe uma cesta de preferida de consumo levando em conta o preço e as quantidades de cada bem e quanto de orçamento ele tem disponível para tal dispêndio.

A Utilidade é representada pelas curvas de indiferença. Ela, quando bem comportada é convexa e monotônica. Conforme gráfico abaixo:



Fonte: <https://pt.slideshare.net/petecoslides/aula-11-teoria-da-escolha-do-consumidor>

$$U_A > U_B > U_D$$

A combinação "A" de Alimentos e Vestuário é a que traz maior satisfação ao consumidor.

Para o problema de maximização da utilidade restrito à dotação orçamentária, devemos encontrar a quantidade que melhor satisfaça o consumidor dentro das suas possibilidades orçamentárias.

O ponto de maior satisfação (pertence a curva de indiferença mais alta) que toque a linha de restrição orçamentária.

A solução do problema é adquirir a melhor cesta que o consumidor pode comprar.

Equilíbrio de Mercado

$Q_s = f(p_s)$ a quantidade ofertada é função do preço de oferta

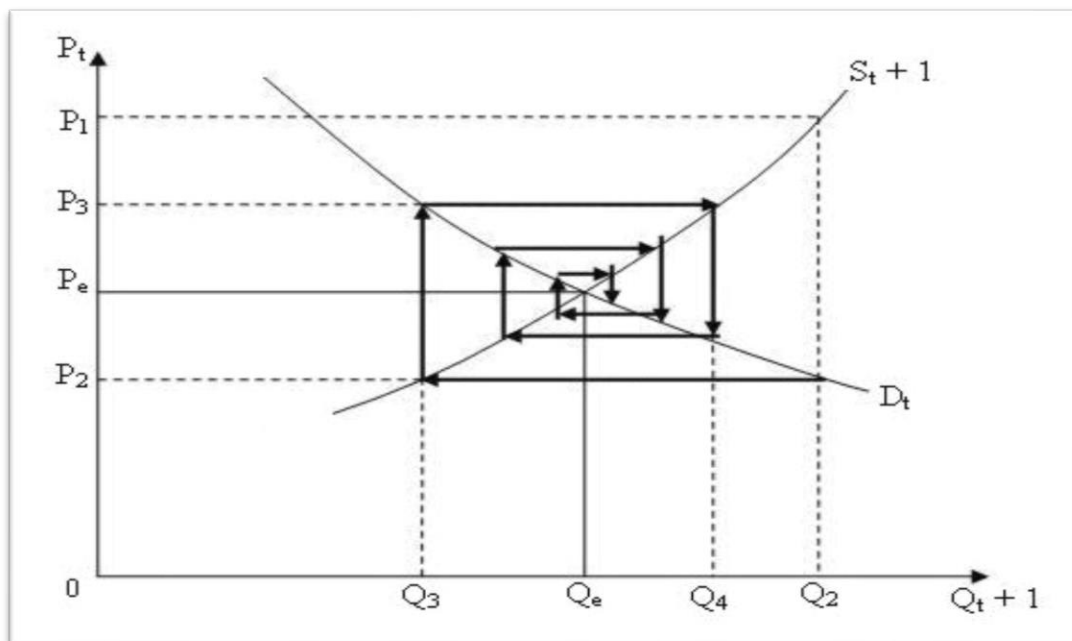
$Q_d = f(p_d)$ a quantidade demanda é função do preço de demanda

$Q_s = Q_d$ a quantidade de equilíbrio ocorre quando todos os produtos produzidos forem consumidos, isso se dá num preço único.

O Ponto de Equilíbrio é (q^*, p^*)

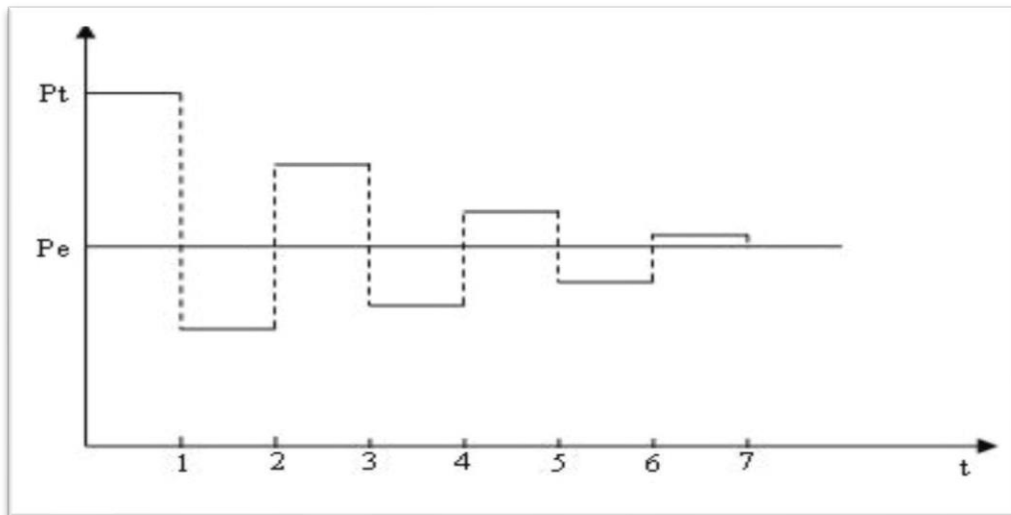
Modelo da Teia de Aranha (COB WEB)

Quando o coeficiente angular da curva de demanda é maior do que o da curva de oferta, tende-se ao equilíbrio;



Fonte: VARIAN Hal R.

Já, por outro lado, quando o coeficiente angular de demanda é menor do que o de oferta a tendência é para o desequilíbrio.



Fonte: VARIAN Hal R.

TÓPICOS SOBRE OFERTA

Curva de Possibilidade de Produção (CPP), Descreve o dilema que uma economia enfrenta quando aloca seus recursos escassos na produção de bens, o custo de oportunidade, quanto se renuncia à produção de um bem, em detrimento de produzir outro. Numa economia fictícia que produza exclusivamente dois bens de acordos com a tabela abaixo.

TMS Taxa Marginal de Substituição é a quantidade de unidades que se abre mão na produção de um bem, para se produzir uma *unidade adicional do outro bem*.

A Taxa marginal de substituição é na verdade o Custo de Oportunidade de produção.

Lei dos Rendimentos Decrescente

Numa empresa fictícia se utiliza dois fatores: um fixo (máquinas) e o outro variável (trabalhadores).

A medida que a empresa expande seu fator de produção variável a PMg (Produção Marginal), aquela que se tem com uma unidade infinitesimal adicional produzida) pode até crescer nos estágios iniciais, mas fatalmente decrescerá a partir de um nível de produção (pode até ser negativa).

Nessa empresa há, por exemplo, duas máquinas de costura, quando se contratar as primeiras costureiras, a produtividade será alta, porque além de costurar há também outras tarefas: anotar pedidos, entregar encomendas, preparar encomendas, dobrar as peças, preparar as peças para a costura, colocar óleo na máquina, atender telefone, pagar contas, vender etc.

À medida que se contrata a produtividade no início aumenta, mas depois da quarta funcionária, não há mais serviço, você pode estar contratando pessoas para ajudar o ajudante, ou pior, para ficar a toa e atrapalhando quem trabalha (produtividade marginal negativa).

Retorno de escala mostra o que ocorre com a quantidade produzida pela empresa se houver variações de todos os fatores de produção.

- ✓ Retorno **Crescente** de escala ou Economia de Escala, isso ocorre ao se duplicar os fatores produtivos a quantidade da produção mais que duplica.
- ✓ Retorno **Constante** de Escala é quando uma duplicação dos fatores de produção resulta na quantidade produzida exatamente duplica.
- ✓ Retorno **Decrescente** de Escala ou Deseconomia de Escala é quando ao se duplicar os fatores de produção, a quantidade produzida sofre um acréscimo menor do que o dobro.

Função produção

Essa função mostra as diferentes formas de se combinar os fatores de produção (insumos) de uma empresa durante a produção de bens e serviços ela pode ser:

$q = f(L)$ a quantidade produzida depende do insumo trabalho “L”.

Ou $q = f(K)$ a quantidade produzida depende do insumo capital “K”.

Se tomarmos o insumo L

L = número de trabalhadores

q = quantidade produzida

P_{mgL} = Produtividade Marginal do Trabalhador

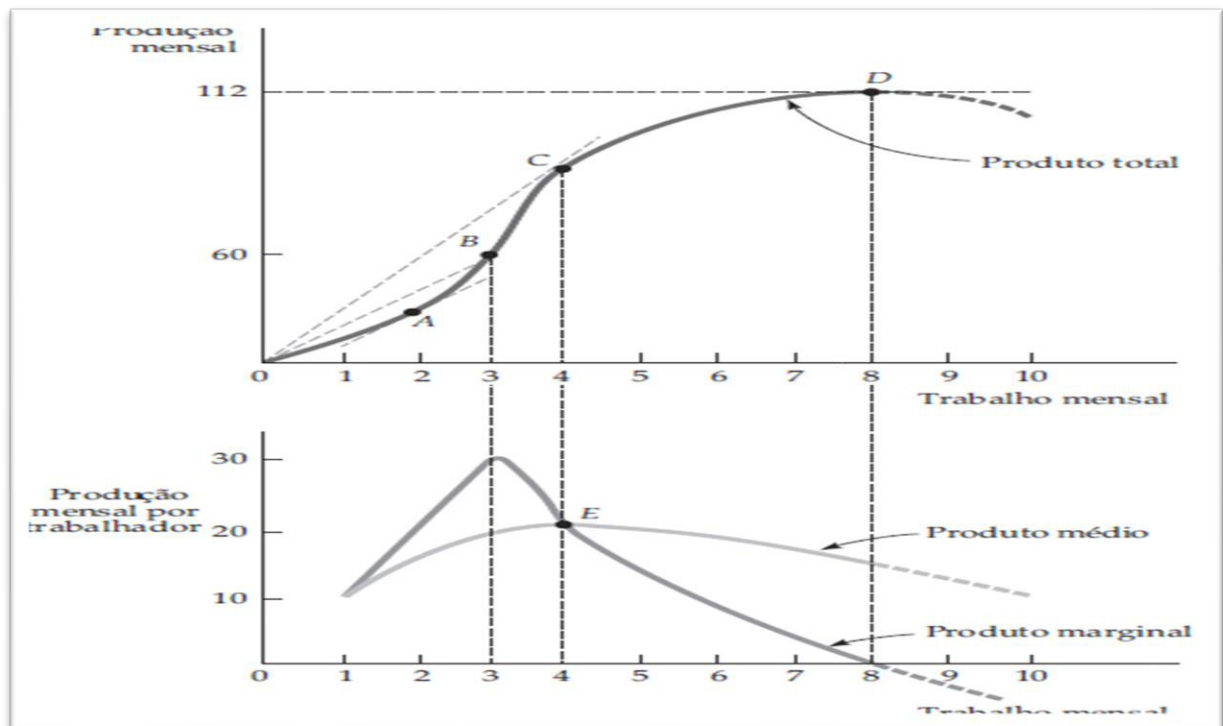
P_{medL} = produtividade média por trabalhador

✓ **A Produção Total** aumenta à medida que se contrata um profissional a mais, até chegar ao ponto máximo, isto é, $P_{mg} = 0$;

- Com a contratação da próxima unidade infinitesimal de trabalho a produção cai.

✓ **A produtividade marginal** do fator trabalho corresponde ao aumento da produção que se obtém com a contratação da próxima unidade infinitesimal do insumo Trabalho. Conforme gráfico abaixo ela cresce muito, posteriormente a uma taxa cada vez menor, se torna nula ($P_{mg} = 0$). E, por fim, a Produtividade Marginal do fator trabalho decresce.

✓ **A produtividade média** dos funcionários é a produtividade total dividida pela quantidade de insumo Trabalho “L”.



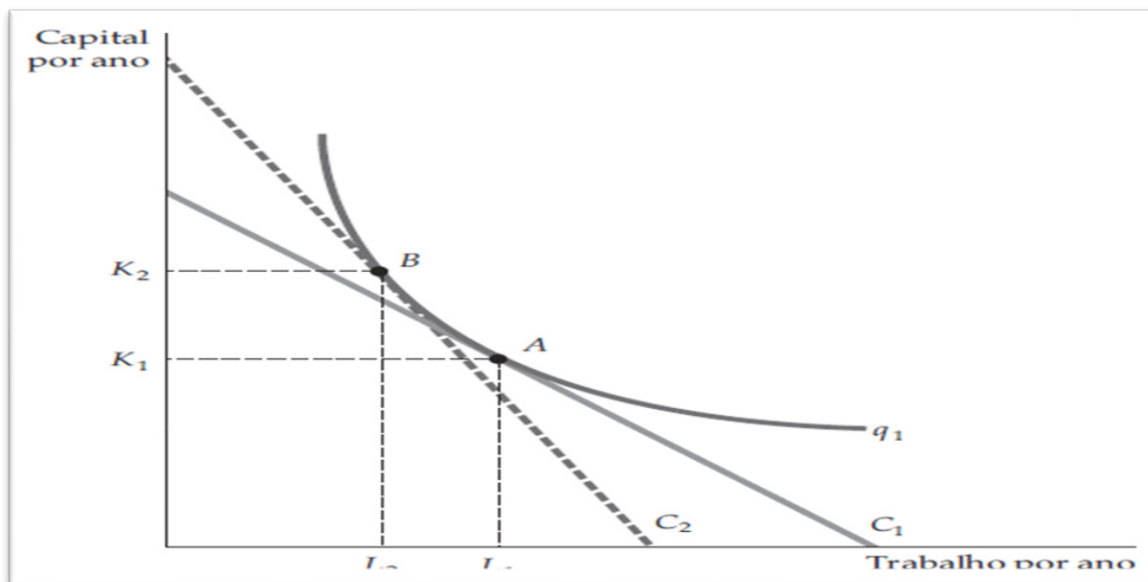
Fonte: ROBERT S PINDYC, Pag 66

As quantidades do Insumo (L) economicamente viáveis para a produção estão no trecho do ponto “A” até o ponto “D”. A Escala ótima de produção ocorre quando, o Produto Marginal se iguala ao Produto Médio (ponto E ou C) nesse caso $L=4$.

A quantidade de Insumo $L < 2$ (antes do ponto A) viola a propriedade da concavidade é prejuízo;

A quantidade de Insumo $L > 8$ (depois do ponto D) viola a propriedade da monotonicidade, isto é, uma unidade infinitesimal a mais de trabalho, diminui a produção, isto é, prejuízo.

O Problema de otimização do Insumo trabalho é resolvido no ponto C, ou seja, a quantidade de insumo $L=4$ o produto marginal é igual ao produto médio.



Fonte: ROBERT S PINDYC, Pag 66

Taxa Marginal de Substituição Técnica, refere-se a uma taxa de troca infinitesimal de um fator produtivo por outro, dado um nível constante de produção, quanto se pode renunciar a L (trabalhadores) para aumentar em K (máquinas) sem que a produção seja alterada.

O Cálculo é dado por: $TMST = P_{mg(L)} / P_{mg(K)}$ a taxa marginal de substituição técnica é dada pelo cociente do produto marginal do Trabalho e do Produto marginal do Capital, isto é, a taxa de troca do fator produtivo adicional de trabalho pelo fator produtivo Capital.

Economia de escopo Ocorre quando o preço dos bens e serviços produzidos por ela aumenta em função do tamanho da planta em que ela opera. O termo "escopo" refere-se à diversificação dos bens e serviços da firma sob comento. Por essa razão, somente empresas diversificadas podem, por definição, explorar economias de escopo.

Fatores de Produção são insumos que as empresas utilizam para gerar produto agregado (produção). Cada um dos fatores de produção (insumos) é remunerado de forma diferenciada.

- “K” (capital) é remunerado com Juros;
- “RN” (Recursos Naturais) tem como remuneração Aluguéis ou *royalties*;
- “L” (Recursos Humanos) recebe como remuneração Salários;
- “CE” (capacidade empresarial, ou empreendedora) paga-se com os lucros;

As Inovações recebem as patentes como pagamento.

Fatores	Remuneração dos Fatores
Recursos Humanos (L)	Salários
Recursos Naturais (RN)	Royalties, Aluguéis
Capital (K)	Juros
Capacidade Empresarial (CE)	Lucros
Inovações	Patentes

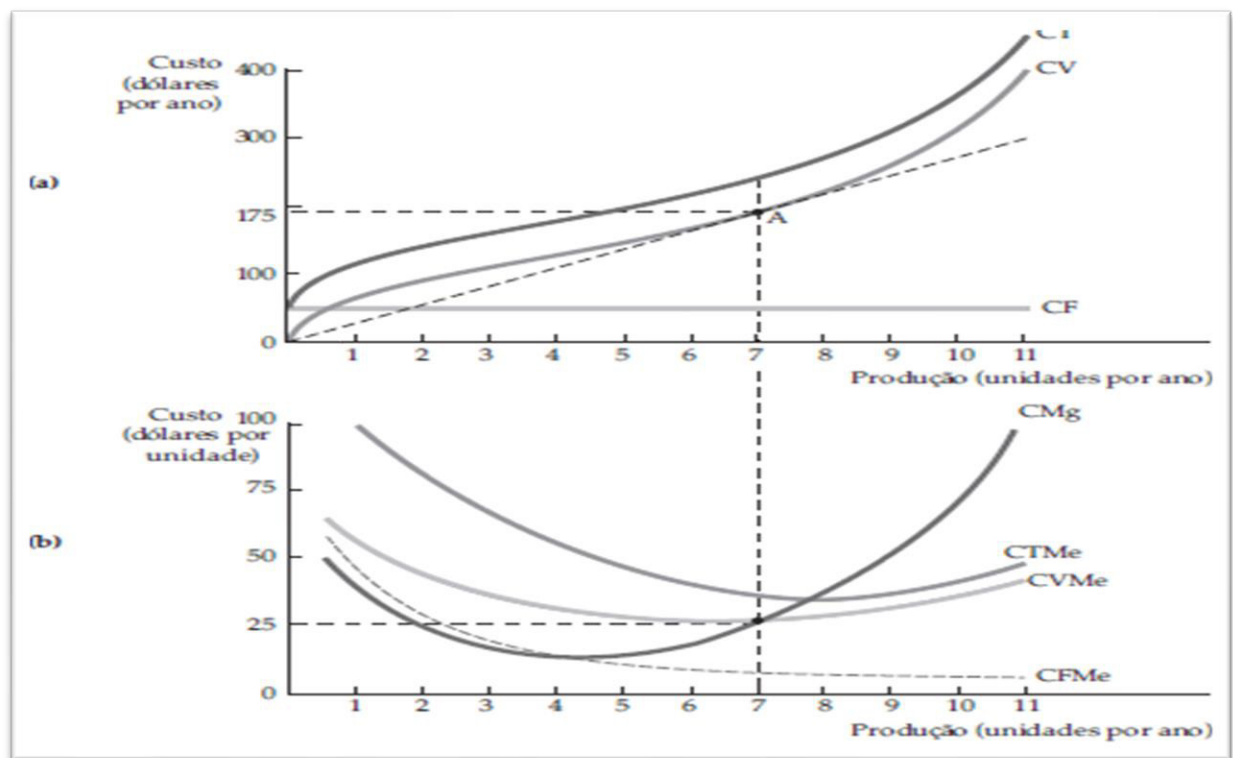
Fonte: autor,2023

Os Insumos mais utilizados para análises econômicas são (K e L)

Função Custo

O custo total da firma é composto pelo Custo Variável (depende da produção) e pelo Custo Fixo (não depende da produção).

$$CT = CV + CF$$



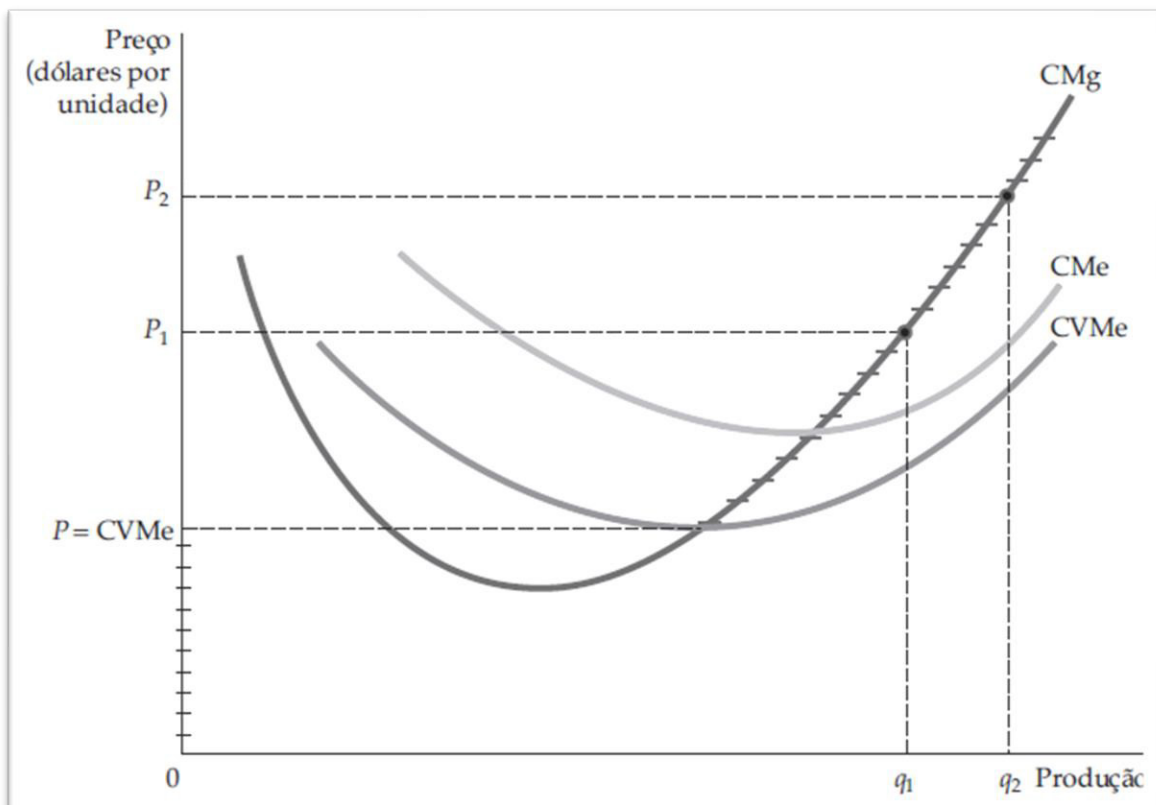
Fonte: ROBERT S PINDYC, Pag 66

É muito importante para as análises econômicas que se obtenham os custos médios (basta dividir cada um dos custos pelas quantidades produzidas). O custo médio é o custo por unidade. Dessa forma temos:

$$CT_{med} = CV_{med} + CF_{med}$$

Como observamos no gráfico não há custos fixos no Longo Prazo

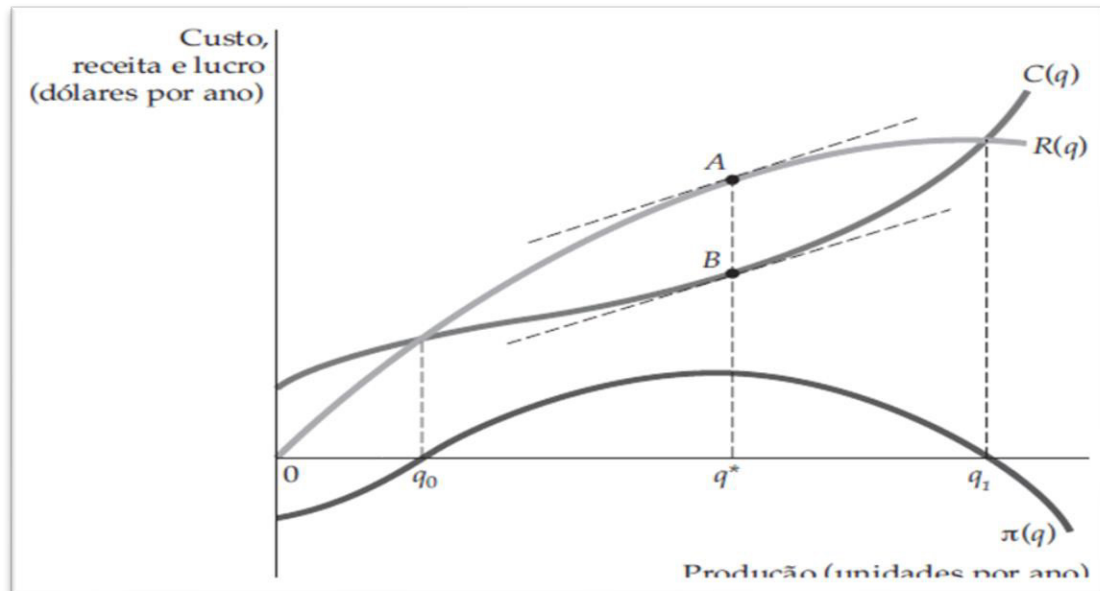
A formação da Curva de Oferta de Mercado se dá a partir do encontro do custo médio com o custo marginal. Para a Curva de Oferta de Longo Prazo o intercepto é o CV_{med} e para a Curva de Oferta de Curto Prazo o intercepto será CT_{med} .



Fonte: ROBERT S PINDYC, Pag 66

A minimização dos custos de longo prazo se dá quando o custo variável médio $CVMe$ (o custo variável por unidade produzida) for igual ao custo marginal Cmg (custo com a próxima unidade infinitesimal produzida), ou seja, no intercepto das duas curvas no gráfico isso porque no longo prazo não há custos fixos;

A minimização dos custos de curto prazo se dá quando o custo total médio CMe (Custo total por unidade produzida) for igual ao custo marginal, ou seja, no intercepto das duas curvas do gráfico neste caso faz-se necessário considerar os custos fixos.



Fonte: ROBERT S PINDYC, Pag 76

Função Lucro $\pi_T = R_T - C_T$

Nesse Gráfico temos uma quantidade q^* de produção, na qual a firma ao escolhê-la para produzir, a firma ao mesmo tempo, minimiza seu custo (conforme o gráfico demonstra ponto B, é o menor custo possível) maximiza a receita (conforme o gráfico ponto A, é a maior receita possível) e conseqüentemente otimiza o Lucro (já que o Lucro Total é dado pela diferença entre a receita total e o custo total).

Outra observação importante que podemos obter do gráfico é o trecho viável do ponto de vista do lucro está entre a quantidade q_0 e a quantidade q_1 , pois nesse trecho o lucro total será positivo.

Uma produção abaixo de q_0 ou acima de q_1 o lucro será menor que zero (prejuízo).

Maximização do Lucro Total; na posição q^* temos que o $\pi_{mg} = 0$ (o lucro com uma unidade infinitesimal adicional produzida é nulo).

Se o $\pi_{mg} = R_{mg} - C_{mg}$ a maximização do Lucro Total se dá quando o $C_{mg} = R_{mg}$ justamente no ponto onde a quantidade for q^* .

- Se a Receita Média da firma é igual ao preço de Mercado:
- Se a Receita Média é a Receita Total dividida pela quantidade,
 - ✓ $R_{med} = RT / q$ e a Receita Total se obtém pela multiplicação do Preço pela quantidade então:
 - ✓ $R_{med} = p \times q / q$

Por isso no mercado competitivo a Receita média é o Próprio preço de Mercado.

Em mercados competitivos os agentes são tomadores de preço. Por isso, os produtores, a partir do preço de mercado escolhem o tamanho da produção que maximiza seu lucro, respeitando a curva de possibilidade de produção da sua firma. E os Consumidores escolhem qual a quantidade que maximizam sua utilidade dentro da sua restrição orçamentária, observando o preço de mercado.

Em mercados competitivos os agentes são tomadores de preço. Por isso, os produtores, a partir do preço de mercado escolhem o tamanho da produção que maximiza seu lucro, respeitando a curva de possibilidade de produção da sua firma. E os Consumidores escolhem qual a quantidade que maximizam sua utilidade dentro da sua restrição orçamentária, observando o preço de mercado.

CAPITULO 4

MACROECONOMIA

Macroeconomia é uma das divisões da ciência econômica dedicada ao estudo, da economia regional ou nacional como um todo, analisando o comportamento dos grandes agregados econômicos (Renda Nacional, Produção Nacional, Nível Geral de Preços, Investimento, Poupança Agregada, Inflação, Crescimento Econômico, Balanço de Pagamentos, Taxa de Câmbio), levando-se em conta simultaneamente vários mercados.

A macroeconomia é um dos dois eixos do estudo da economia, que trata os mercados de forma global, isto é, ela não analisa pormenorizadamente o comportamento das unidades econômicas, muito menos os mercados específicos.

O termo macroeconomia teve origem na década de 1930 a partir da Grande Depressão iniciada em 1929, onde foram intensificadas a urgência dos estudo das questões macroeconômicas, sendo a primeira grande obra literária macroeconômica o livro Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, do economista britânico John Maynard Keynes, dando origem a teoria Keynesiana que se opôs à ortodoxia da Economia Clássica.

Macroeconomia é responsável pelo estudo dos fenômenos que se relacionam com a economia agregada, procura definir e analisar os determinantes dos chamados agregados econômicos, por exemplo, no mercado de bens e serviços, o conceito de Produto Nacional é um agregado dos mercados agrícolas, industriais e de serviços.

Outra distinção que existe entre a Microeconomia e a Macroeconomia é que quando se trata do mercado de trabalho à Macroeconomia interessa a oferta e a demanda de mão de obra, a

determinação dos salários e o nível de emprego, mas não considera as diferenças de idade, sexo, capacitação, origem da força de trabalho etc. assuntos atinentes à Microeconomia.

Por exemplo, quando se analisa uma variação generalizada dos preços de uma região num período (Inflação ou deflação), ou então uma análise de quanto (\$) se produziu de serviços e bens novos na economia durante um período num país (PIB), são assuntos da Macroeconomia.

Funções do Governo

- ✓ **Função Alocativa:** o governo atua na correção das falhas de mercado (externalidades, bens públicos, Assimetria de Informação, Poder de Mercado, Mercados Incompletos);
- ✓ **Função Distributiva:** Atua para distribuir renda entre os agentes econômicos para minimizar a concentração exagerada da renda;
- ✓ **Função Estabilizadora:** o governo adota medidas para suavizar os ciclos econômicos, atuando para corrigir tendências.

Políticas Econômicas

- ✓ **Política Fiscal:** Tributação e Gastos Governamentais;
- ✓ **Política Monetária:** controle da quantidade de moeda em circulação na economia;
- ✓ **Política Cambial:** controle da moeda estrangeira no país pela taxa de câmbio;
- ✓ **Política Reguladora:** Edição de Normas para disciplinar a atividade econômica específica.

	Política fiscal	Política monetária	Política cambial	Política reguladora
Função ALOCATIVA	X			X
Função DISTRIBUTIVA	X			
Função ESTABILIZADORA	X	X	X	

Fonte: autor, 2023

Modelo IS/LM

Modelo Macroeconômico Keynesiano que consiste em estabelecer uma relação entre a taxa de juros e oferta agregada, em que temos equilíbrio no Mercado de Bens e Serviços e no Mercado Monetário. O modelo econômico definido por John Richard Hicks. A sigla IS/LM do inglês Investment Saving / Liquidity preference Money supply.

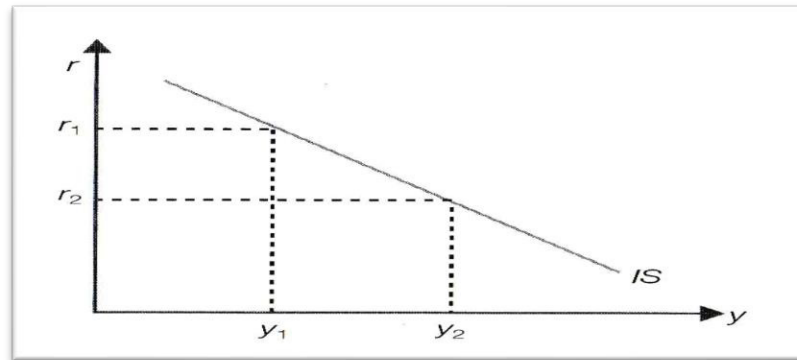
CURVA IS (atenção, esse gráfico se assemelha ao gráfico da demanda de microeconomia)

Mede o comportamento da Renda (Y) e da Taxa de Juros (r) no que diz respeito ao Investimento Produtivo. (relação inversa entre “r” e “Y”).

A Política Econômica Fiscal é uma variável Exógena, responsável pelo deslocamento da curva.

Obs.

- ✓ *As expansionistas deslocam a curva para a Direita;*
- ✓ *As restritivas deslocam a curva para a Esquerda;*



Fonte: ROBERT S PINDYC, Pag 78

Domínio público.

- r: taxa de juros
- I: investimento
- S: poupança
- Y: renda

CURVA LM (*atenção, esse gráfico se assemelha ao de oferta da microeconomia*)

A curva LM, no contexto da macroeconomia, é uma parte fundamental do modelo IS-LM, que descreve a interação entre os mercados de bens e serviços (IS) e o mercado de dinheiro (LM). Ela representa a relação entre a renda (Y) e a taxa de juros (r) com relação à variação da demanda por moeda, onde há uma relação direta entre a taxa de juros e a renda.

Vamos considerar um exemplo simples para ilustrar a curva LM:

Suponha que a demanda por moeda seja afetada principalmente pela taxa de juros. Quando a taxa de juros está alta, as pessoas preferem manter menos dinheiro em espécie, pois há a oportunidade de obter ganhos maiores com investimentos financeiros. Portanto, a demanda por moeda diminui quando a taxa de juros sobe.

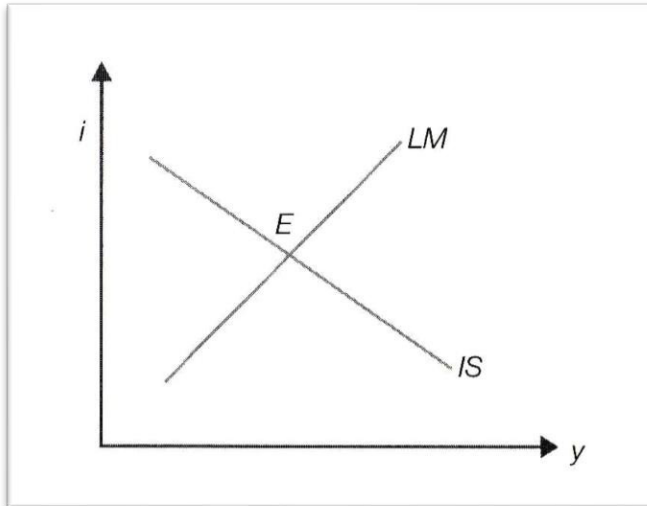
A curva LM descreve essa relação entre a taxa de juros (r) e a renda (Y). Ela é inclinada positivamente, o que significa que, à medida que a taxa de juros aumenta, a renda também aumenta. Isso ocorre porque uma taxa de juros mais alta incentiva as pessoas a manterem menos dinheiro em espécie, o que, por sua vez, leva a um aumento nos gastos e, conseqüentemente, na renda.

Por outro lado, quando a taxa de juros cai, a demanda por moeda aumenta, já que a oportunidade de ganhar juros em outros ativos financeiros se torna menos atraente. Isso leva a um aumento na renda, à medida que as pessoas gastam mais e investem menos em ativos financeiros devido à baixa taxa de juros.

Portanto, a curva LM ilustra como a interação entre a demanda por moeda, a taxa de juros e a renda afeta a economia. Quando há mudanças na política monetária, como alterações na oferta de dinheiro pelo banco central, a curva LM se desloca, afetando a taxa de juros e a renda em uma economia. Isso é essencial para entender como a política monetária influencia a economia como um todo.

Equilíbrio IS/LM

O Ponto de Equilíbrio Geral da Economia se dá no ponto ótimo “E”, no gráfico abaixo, esse se assemelha ao equilíbrio da microeconomia, as propriedades quando se deslocam as curvas IS e LM são as mesmas, sugiro que revise e compare as possibilidades de mudanças no equilíbrio, estática comparativa. Cuidado lá o gráfico é de preços e quantidades, nesse caso ISLM é a Taxa de Juros e o Produto Agregado Y)



Modelo da Demanda

Agregada o objetivo é estudar como as políticas econômicas fiscais e monetárias afetam o Produto Agregado (Y).

$$Y = C + I + G + X - M$$

Y (Produto Agregado, Renda Nacional ou PIB)

C (Consumo agregado das Famílias)

I (Investimento Produtivo)

G (Gastos Governamentais)

X (Exportação)

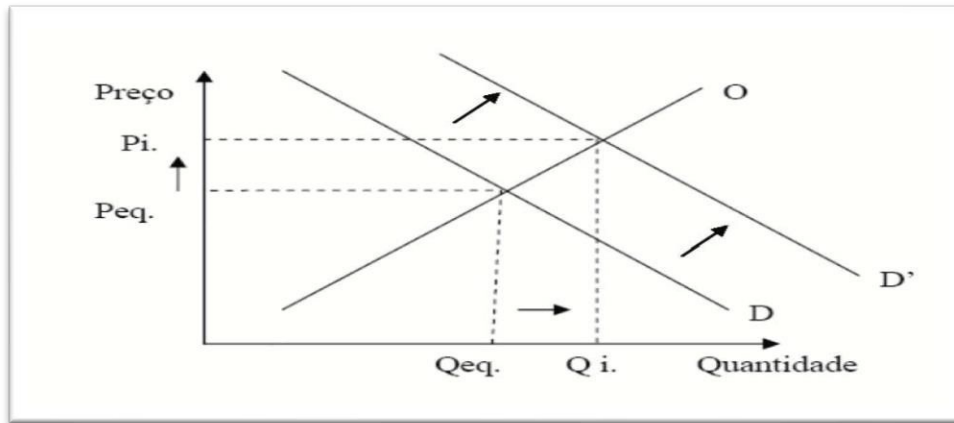
M (Importação)

Se houver uma diminuição do nível geral de Preços da economia, haverá um aumento da riqueza consequentemente um aumento no Consumo agregado. Por outro lado, se houver um aumento no nível geral de preços da economia, haverá uma redução, pelo mesmo raciocínio no Consumo agregado $\uparrow P = Y \downarrow$ a medida que o nível de preço (P) sobe, a riqueza (Y) reduz, e consequentemente o consumo cairá.

Uma política econômica fiscal expansionista (variável exógena ao modelo) desloca a curva de demanda agregada para a direita, da mesma forma uma política econômica monetária expansionista aquece a economia por intermédio do aumento dos investimentos produtivos, também desloca a curva da demanda agregada para a direita.

Por outro lado, quando essas políticas forem restritivas elas deslocarão a curva da demanda agregada para a Esquerda.

Fica fácil visualizar que Políticas Econômicas (fiscais ou monetárias) expansionistas deslocam a curva da demanda agregada (DA) para a direita e as Restritivas deslocam a curva de demanda agregada (DA) para Esquerda.



Fonte: Roberto Elery Jr.UnB “Artigo Curva de Philips” gráfico 2.

Modelo da Oferta Agregada, para esse modelo existem três tipos:

✓ **Oferta Agregada de Curto Prazo:**

- Horizontal, essa é conhecida também como Keynesiana, é perfeitamente elástica, qualquer que for a produção não haverá alteração no nível geral de preço da economia, toda ela seria consumida.

Modelo sem Inflação $\uparrow Y = P^*$ (constante)

- Positivamente inclinada. Nesse modelo há possibilidade de aumento do nível de preços a medida que a produção aumenta.

Modelo com Inflação $\uparrow Y = \uparrow P$

✓ **Oferta Agregada de Longo Prazo.**

Esse modelo também conhecido como Oferta Agregada vertical, nesse modelo todos os preços são flexíveis, ou seja, no Longo Prazo as empresas operariam com o Produto de Pleno Emprego (Y^*), é a visão clássica da economia. (observando que o pleno emprego não significa a

inexistência de capacidade ociosa, na prática há um nível desemprego voluntário na economia).

CURVA DE PHILIP

A curva de Philip estabelece um Dilema entre a Inflação e o Emprego, esse dilema só se observa no Curto Prazo, onde pelo menos um dos fatores de produção é fixo. É uma relação inversa (quanto maior a inflação menor o nível de emprego e vice-versa).

$$\boxed{\uparrow \pi = Y \downarrow}$$

No Longo Prazo, onde todos os fatores de produção são variáveis (as empresas não operam com Custo Fixos) não há o “**Trade Off**” entre Inflação e emprego, justamente porque as políticas só alteram o nível de preço.

Formula da Inflação $\pi = \pi_e - \beta (\mu - \mu_n) \varepsilon_s$

- π (inflação)
- π_e (expectativas inflacionárias)
- β (taxa de repasse)
- μ (desemprego)
- μ_n (desemprego natural)
- ε_s (choque de oferta)
- Inflação de Demanda é = $-\beta (\mu - \mu_n)$

- ✓ **A inflação** (aumento generalizado de preços num país, durante um período) está relacionada com a oferta, com a demanda e com as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos (consumidores, Firms e Governo) para o próximo período.

- ✓ **Estaginflação** (ao mesmo tempo queda no produto agregado e aumento do nível geral de preços da economia).

Lei de Okhum

Mostra que o crescimento econômico está associado a queda no desemprego e é definida pela equação de OKHUM ($u - u_n = \beta (G_y - G_0)$).

A taxa de desvio do desemprego (desemprego observado menos o desemprego natural) está relacionada com a taxa de desvio crescimento populacional.

u (desemprego)

u_n (desemprego natural)

G_y (produção final)

G_0 (produção inicial)

CAPÍTULO 5

Indicadores de Desenvolvimento ou Indicadores Sociais

PIB per capita (é o produto interno bruto de um país pelo número de habitantes), é pacífico o entendimento de que esse NÃO é um bom indicador para desenvolvimento;

IDH (índice de Desenvolvimento Humano) esse índice é uma variação entre zero e um, composto por (PIB per capita, expectativa de vida números de adultos alfabetizados e número de matriculados nos três níveis de ensino) cálculo normalizado $(0,1) 0 < IDG < 1$

Quanto mais próximo do 0(zero), **pior será o índice**, quanto mais próximo do 1 melhor será o índice)

Índice de Gini, esse índice verifica, por exemplo, qual é a porcentagem de pessoas que detém metade da renda de um país (PIB).

No Brasil, por exemplo, os 10% mais ricos detém muito mais que a metade da renda do país. Observando a curva do Lourenz, o índice de Gini mede a distribuição da renda junto a população $(0,1) 0 < Gini < 1$.

Quanto mais próximo de 1 mais concentrada a renda, quanto mais próximo de zero melhor distribuída é a renda do país. Nesse caso ter a melhor posição é estar próximo de zero.

Planos de Metas

Consolidou estudos socioeconômicos importantes sobre o Brasil, para que fossem investidos prioritários no desenvolvimento econômico do país. (1956 – 1961);

Os Planos de Metas, também conhecidos como "Plano de Metas de Juscelino" ou "Plano de Metas de Juscelino Kubitschek," foi uma iniciativa crucial que moldou a economia e o desenvolvimento do Brasil entre 1956 e 1961. Esse plano representou um marco importante na história econômica e política do país.

Juscelino Kubitschek, eleito Presidente do Brasil em 1955, lançou os Planos de Metas como parte de seu programa de governo. O objetivo central era acelerar o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Para atingir esse objetivo, o plano estabeleceu uma série de metas específicas em setores-chave, tais como energia, transporte, indústria, educação e saúde.

Alguns dos principais pontos a serem destacados sobre os Planos de Metas são:

Investimento em Infraestrutura: Uma parte significativa dos recursos foi destinada à construção de rodovias, ferrovias, hidrelétricas, portos e outras infraestruturas essenciais. Isso visava a melhorar a conectividade do país e permitir o crescimento econômico.

Industrialização: Os Planos de Metas também buscavam promover a industrialização do Brasil, com metas ambiciosas para aumentar a produção industrial em vários setores.

Educação e Saúde: Juscelino Kubitschek priorizou o desenvolvimento do sistema educacional e de saúde, visando melhorar a qualidade de vida da população.

Financiamento: Para financiar esses projetos ambiciosos, o governo recorreu a empréstimos internacionais e investimentos do setor privado.

Impacto Econômico e Social: Os Planos de Metas tiveram um impacto significativo na economia brasileira. Eles ajudaram a impulsionar o crescimento econômico, criando empregos, promovendo a industrialização e melhorando a infraestrutura do país.

No entanto, é importante notar que os Planos de Metas também geraram endividamento significativo para o Brasil, o que teve implicações de longo prazo para a economia do país. Mesmo assim, o período dos Planos de Metas é frequentemente lembrado como uma fase de otimismo e desenvolvimento no Brasil, que ficou conhecida como a "Era de JK."

Crescimento Econômico e Baixa Inflação

A busca por crescimento econômico e baixa inflação é um dos principais objetivos de políticas econômicas em muitos países ao redor do mundo. No contexto do Brasil, esses objetivos foram perseguidos em uma fase específica do modelo de desenvolvimento conhecido como "substituição de importações".

Essa fase se referiu à "Segunda fase do modelo de substituição de importações", e se estendeu por um período na história econômica do Brasil em que o país estava se esforçando para se industrializar e reduzir sua dependência de produtos importados. As principais características desse período incluem:

Foco na Indústria de Bens Duráveis: Durante a Segunda fase da substituição de importações, o governo brasileiro concentrou seus esforços na promoção da indústria de bens duráveis, como máquinas, equipamentos e produtos de consumo duráveis, como eletrodomésticos e veículos. Isso visava não apenas satisfazer a demanda interna por esses produtos, mas também reduzir a necessidade de importações.

Infraestrutura: A melhoria da infraestrutura foi uma das prioridades durante esse período. Investimentos foram feitos em estradas, portos, ferrovias e energia para facilitar a produção e distribuição desses bens duráveis, tornando a economia mais eficiente.

Política Industrial: Foram implementadas políticas industriais destinadas a proteger a indústria nacional e incentivar o investimento em setores estratégicos. Isso frequentemente envolvia a imposição de tarifas e barreiras comerciais para proteger a produção doméstica.

Estabilidade Macroeconômica: Buscando baixa inflação e estabilidade econômica, o governo brasileiro implementou políticas para controlar a inflação, como a implementação de metas de inflação e uma política monetária mais rígida.

No entanto, é importante observar que a busca por crescimento econômico e baixa inflação nem sempre foi uma tarefa fácil. Muitas vezes, havia desafios, como o financiamento desses projetos de desenvolvimento, o equilíbrio entre proteção da indústria doméstica e o comércio internacional e a manutenção da estabilidade macroeconômica. Em alguns casos, esses objetivos entraram em conflito, exigindo uma cuidadosa gestão econômica.

A Segunda fase da substituição de importações é parte da história econômica do Brasil que desempenhou um papel importante na industrialização do país. No entanto, as políticas adotadas nesse período também enfrentaram desafios e impactos econômicos que influenciaram o curso da economia brasileira.

Produção de Insumos e a Educação

As políticas Econômicas adotadas: Financiamentos, Emissão de Moedas, Incentivos ao Capital Estrangeiro.

Durante a fase de crescimento econômico no Brasil, com foco na produção de insumos e na melhoria da educação, uma série de políticas econômicas foi implementada para impulsionar esses setores-chave. Essas políticas incluíram:

Financiamentos: Para promover a produção de insumos e o desenvolvimento da educação, o governo brasileiro buscou financiamentos tanto domésticos quanto internacionais. Isso permitiu o investimento em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos necessários para esses setores.

Emissão de Moeda: A emissão de moeda desempenhou um papel no financiamento de projetos relacionados à produção de insumos e à educação. No entanto, o controle adequado da quantidade de moeda em circulação foi fundamental para evitar a inflação descontrolada.

Incentivos ao Capital Estrangeiro: O Brasil também buscou atrair investimento estrangeiro para impulsionar a produção de insumos e a

educação. Isso envolveu a concessão de incentivos fiscais e a criação de um ambiente mais favorável para o capital estrangeiro.

Essas políticas econômicas tinham o objetivo de estimular o crescimento econômico, tornando o Brasil mais autossuficiente na produção de insumos e melhorando a qualidade da educação. No entanto, como em qualquer política econômica, havia desafios e complexidades associados à implementação eficaz dessas medidas, incluindo a necessidade de equilibrar o crescimento com a estabilidade econômica.

Plano Trienal (1963)

- ✓ Criação do MPOG
- ✓ Grande instabilidade Política
- ✓ Combate a inflação
- ✓ Política Fiscal restritiva (redução do déficit público)

PAEG Plano de Ação Econômica do Governo (1964 – 1967)

- ✓ Diagnóstico da Inflação, para combatê-la
- ✓ Mudanças Institucionais para o desenvolvimento econômico
- ✓ Medidas Restritivas para o controle da Inflação
- ✓ A principal contribuição foi a reformulação da tributação no Brasil, os principais tributos passaram a incidir sobre o valor agregado
- ✓ Criação do BNH (Banco Nacional de Habitação), SFN (Sistema Financeiro Nacional); FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço)
- ✓ Criação do BACEN.

Milagre Econômico (1967 – 1973)

O "Milagre Econômico" foi um período de notável crescimento econômico no Brasil que ocorreu entre 1967 e 1973. Durante esse período, o país experimentou um rápido avanço econômico, caracterizado por uma taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) que chegou a ultrapassar 10%. Este milagre econômico foi impulsionado por vários fatores e políticas:

Investimentos em Infraestrutura: O governo brasileiro fez investimentos significativos em infraestrutura, incluindo estradas, portos, usinas hidrelétricas e telecomunicações. Esses investimentos melhoraram a capacidade produtiva e a eficiência da economia.

Industrialização: O Brasil se concentrou na expansão de sua base industrial, especialmente em setores como a indústria automobilística, petroquímica e siderurgia. Isso contribuiu para a diversificação da economia e a criação de empregos.

Capital Estrangeiro: Durante o "Milagre Econômico," houve um influxo significativo de capital estrangeiro, à medida que investidores internacionais buscavam oportunidades de investimento no Brasil. Isso forneceu financiamento adicional para o crescimento econômico.

Política Monetária e Fiscal: O governo adotou políticas monetárias e fiscais expansionistas, facilitando o acesso ao crédito e estimulando o consumo e o investimento.

Exportações: As exportações brasileiras, principalmente de produtos manufaturados, também desempenharam um papel importante no crescimento econômico durante esse período.

No entanto, é importante observar que o "Milagre Econômico" também teve suas críticas e desafios. O crescimento rápido frequentemente resultou em desigualdades econômicas e sociais, além de problemas ambientais, devido à intensa industrialização e urbanização. Além disso, o país enfrentou dívidas significativas devido a empréstimos para financiar o crescimento econômico.

No final, o "Milagre Econômico" foi um período de rápido crescimento econômico no Brasil, mas também levantou questões sobre a sustentabilidade desse modelo de desenvolvimento. A economia brasileira passou por diversas transformações nesse período, influenciando profundamente sua trajetória econômica posterior.

Pelo diagnóstico de Inflação (Inflação de Demanda) foram tomadas medidas expansionistas, em especial a política econômica fiscal, com isso a economia cresceu cerca de 11% ao ano no período.

- ✓ Investimento em infraestrutura Criação de 200 Estatais
- ✓ Construção Civil Incentivo ao desenvolvimento de Indústrias
- ✓ Elevação das Exportações.

Em 1973 houve o primeiro choque do petróleo (o Plano sofreu ajustes);

Plano Nacional de Desenvolvimento (1974 -1979)

Este plano representou uma fase importante na história econômica do Brasil, durante a qual o governo concentrou seus esforços na promoção do desenvolvimento econômico e social do país. O período foi caracterizado por uma série de iniciativas ambiciosas destinadas a impulsionar o crescimento econômico e melhorar a qualidade de vida da população.

Um dos focos principais desse plano foi a expansão industrial. O governo brasileiro implementou políticas que incentivaram a industrialização, particularmente nos setores de bens duráveis, como a produção de máquinas, equipamentos, eletrodomésticos, veículos e produtos de consumo. Isso não apenas estimulou a produção doméstica, mas também reduziu a dependência de produtos importados.

Outro ponto-chave foi o investimento em infraestrutura. Foram feitos esforços substanciais para melhorar a infraestrutura do país, incluindo a construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas e expansão das telecomunicações. Esses investimentos não apenas tornaram a economia mais eficiente, mas também facilitaram o acesso a áreas remotas do Brasil.

Além disso, houve uma ênfase na redução das desigualdades sociais. O governo investiu em educação e saúde, buscando melhorar a qualidade de vida da população e promover a igualdade de oportunidades. Essas medidas visavam melhorar a distribuição de renda e reduzir as disparidades sociais.

No entanto, o Plano Nacional de Desenvolvimento (1974 - 1979) também enfrentou desafios. O aumento dos investimentos e o financiamento de projetos ambiciosos resultaram em endividamento substancial para o Brasil. Além disso, equilibrar o crescimento econômico com a estabilidade era uma tarefa complexa, especialmente no que diz respeito ao controle da inflação.

No geral, esse período foi fundamental para a transformação da economia brasileira, com notáveis avanços na industrialização, infraestrutura e qualidade de vida da população. As políticas adotadas nesse plano influenciaram profundamente a história econômica do Brasil e continuaram a moldar o desenvolvimento do país nas décadas seguintes.

Período: 1974 - 1979

Objetivo Principal: Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Fatores-chave:

Expansão industrial.

Investimentos em infraestrutura.

Redução das desigualdades.

Investimentos Prioritários:

Foco na indústria.

Infraestrutura (rodovias, energia, telecomunicações).

Agricultura e agroindústria.

Políticas Econômicas:

Incentivos ao investimento.

Controle da inflação.

Financiamento de projetos de desenvolvimento.

Fontes de Financiamento:

Empréstimos internacionais.

Investimento privado.

Recursos do governo.

Legado:

Expansão industrial significativa.

Crescimento econômico notável.

Melhoria da infraestrutura.

Investimento em educação e saúde.

Desafios:

Endividamento significativo.

Equilíbrio entre crescimento e estabilidade econômica.

Década Perdida (1979 – 1990)

A "Década Perdida" no contexto econômico refere-se a um período de estagnação e desafios significativos enfrentados por muitos países da América Latina, incluindo o Brasil, durante os anos 1980. Durante essa década, uma série de eventos e fatores contribuiu para um desempenho econômico problemático. Aqui estão alguns dos principais aspectos da "Década Perdida" no Brasil:

Crise da Dívida: A década começou com uma crise da dívida internacional. Muitos países da América Latina, incluindo o Brasil, acumularam dívidas substanciais nos anos 1970. A incapacidade de pagar essas dívidas levou a uma crise que afetou gravemente a capacidade dos governos de investir na economia.

Hiperinflação: Durante os anos 1980, o Brasil enfrentou um sério problema de hiperinflação. A taxa de inflação anual atingiu níveis astronômicos, o que prejudicou o poder de compra da moeda e desestabilizou a economia.

Instabilidade Política: O Brasil passou por uma série de mudanças políticas e instabilidade durante a década, incluindo a transição de um regime militar para a democracia. Isso criou um ambiente político desafiador para a formulação e implementação de políticas econômicas.

Estagnação Econômica: O crescimento econômico foi baixo durante a década, e em alguns anos, houve contração econômica. Isso resultou em altas taxas de desemprego e baixa qualidade de vida para muitos brasileiros.

Medidas de Austeridade: Em resposta à crise da dívida, o governo implementou medidas de austeridade, como cortes de gastos públicos e aumento de impostos, que impactaram negativamente a população.

Reformas Econômicas: No final da década, o Brasil começou a implementar reformas econômicas significativas, incluindo a estabilização da moeda, que se tornaria a base para a estabilidade econômica posterior.

Embora a "Década Perdida" tenha sido um período desafiador, ela também estabeleceu as bases para reformas econômicas futuras que ajudariam a estabilizar a economia brasileira e permitiriam um período de crescimento mais sustentável nas décadas seguintes.

Características

- ✓ Maxidesvalorizações cambiais
- ✓ Aumento da taxa de juros
- ✓ Declaração de Moratória da Dívida Externa aos Credores (1987)
- ✓ Planos Econômicos da época
- ✓ Cruzado (1986)
- ✓ Congelamento dos preços e do câmbio
- ✓ Reajuste salarial e posterior ao congelamento
- ✓ Fim da correção Monetária
- ✓ Troca da Moeda
- ✓ Tablita, uma tabela de conversão
- ✓ Gatilho, toda vez que a inflação atingisse 20% os salários seriam automaticamente reajustados na mesma proporção;

O plano fracassou. A inflação atingiu 1.000 % aa.

Plano Bresser (1988)

O "Plano Bresser" é uma referência ao Plano de Estabilização Econômica lançado em 1987, durante o governo do presidente José Sarney, que teve a participação do então ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser-Pereira. O plano foi uma resposta à hiperinflação que assolava a economia brasileira na época. Aqui estão os principais aspectos do Plano Bresser:

Plano de Estabilização: O Plano Bresser foi um dos muitos planos de estabilização econômica implementados no Brasil durante a década de 1980 para combater a hiperinflação. Ele se destacou por introduzir uma série de medidas específicas.

Congelamento de Preços e Salários: Uma das medidas-chave do plano foi o congelamento de preços e salários, que visava conter a inflação descontrolada. Isso implicava na fixação temporária de preços e salários em níveis pré-determinados.

Nova Moeda - Cruzado Novo: O Plano Bresser introduziu uma nova moeda, o Cruzado Novo, como parte do esforço para controlar a hiperinflação. A antiga moeda, o Cruzado, havia sofrido uma desvalorização significativa devido à inflação.

Indexação da Economia: O plano também buscou desindexar a economia, ou seja, reduzir a dependência de contratos e preços atrelados à inflação passada. Isso foi um esforço para quebrar o ciclo inflacionário.

Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG): O Plano Bresser fazia parte de uma série de medidas econômicas do governo, conhecidas como PAEG, que incluíam medidas de estabilização econômica e reformas estruturais.

Resultados Misto: O Plano Bresser conseguiu inicialmente reduzir a taxa de inflação e estabilizar a economia. No entanto, a hiperinflação retornaria mais tarde, e o plano não foi capaz de fornecer uma solução de longo prazo para os problemas econômicos do Brasil.

O Plano Bresser foi um dos esforços do governo brasileiro para lidar com a hiperinflação e estabilizar a economia na década de 1980. Embora tenha tido algum sucesso a curto prazo, a luta contra a hiperinflação no Brasil continuaria nas décadas seguintes com a implementação de outros planos econômicos.

- ✓ Congelamento de preços por 90 dias
- ✓ Desvalorização Cambial
- ✓ Criação da URP (Unidade Referencial de Preços)
- ✓ Tablita
- ✓ Relação direta com a mudança de Tributação da CF (1988), melhoria para os municípios;

Plano Verão (1989)

O "Plano Verão" refere-se a uma série de medidas de estabilização econômica implementadas no Brasil em janeiro de 1989. Esse plano foi um dos vários esforços do governo para conter a hiperinflação e estabilizar a economia brasileira. Abaixo estão os principais aspectos do Plano Verão:

Contexto de Hiperinflação: Na década de 1980, o Brasil enfrentou uma hiperinflação descontrolada, com taxas de inflação mensais ultrapassando três dígitos. Isso desvalorizou a moeda brasileira, o Cruzado, e minou a confiança na economia.

Plano Econômico de Emergência: O Plano Verão foi lançado em janeiro de 1989 como um plano econômico de emergência para combater a inflação e estabilizar a economia. O plano foi formulado durante o governo de José Sarney, que estava no final de seu mandato.

Congelamento de Preços e Salários: Assim como outros planos de estabilização, o Plano Verão incluiu o congelamento de preços e salários. O objetivo era conter a inflação e evitar aumentos de preços descontrolados.

Nova Moeda - Cruzado Novo: O plano também introduziu uma nova moeda, o Cruzado Novo, em substituição ao Cruzado, como parte do esforço para restabelecer a confiança na moeda nacional.

Indexação: O Plano Verão incluiu medidas para reduzir a indexação da economia, que era uma das principais causas da inflação, pois os preços e salários eram frequentemente atrelados aos índices de inflação passada.

Resultados Ambíguos: O Plano Verão conseguiu inicialmente reduzir a taxa de inflação e trazer estabilidade econômica. No entanto, os efeitos do plano foram efêmeros, e a hiperinflação retornaria mais tarde no mesmo ano.

O Plano Verão é lembrado por seu impacto ambíguo. Embora tenha tido algum sucesso a curto prazo na contenção da hiperinflação, não conseguiu fornecer uma solução duradoura para os problemas econômicos do Brasil.

A luta contra a hiperinflação continuaria nas décadas seguintes com a implementação de outros planos econômicos, culminando no Plano Real em 1994.

- ✓ Congelamento de preços
- ✓ Desvalorização do Câmbio
- ✓ Tablita
- ✓ Mudança de Moeda (Cruzado Novo);

Plano Collor I (1990)

O "Plano Collor I" refere-se a um conjunto de medidas econômicas implementadas no início do governo do presidente Fernando Collor de Mello em 1990. Este plano foi lançado como parte de um esforço para combater a hiperinflação e estabilizar a economia brasileira. Aqui estão os principais aspectos do Plano Collor I:

Congelamento de Ativos Financeiros: Uma das medidas mais notáveis do Plano Collor I foi o congelamento de ativos financeiros, o que incluía o bloqueio de contas bancárias e investimentos financeiros. Esse bloqueio ocorreu durante um período específico, com o objetivo de restringir a liquidez da economia e conter a hiperinflação.

Nova Moeda - Cruzado Novo: Como parte do plano, uma nova moeda, o Cruzado Novo, foi introduzida para substituir a moeda anterior, o Cruzado. O objetivo era estabilizar a moeda e melhorar a confiança na economia.

Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG): O Plano Collor I fazia parte de uma série de medidas econômicas do governo, conhecidas como PAEG, que incluíam ações de estabilização econômica e reformas estruturais.

Desindexação da Economia: O plano visava reduzir a indexação da economia, ou seja, desvincular preços e contratos da inflação passada. Isso foi uma tentativa de quebrar o ciclo inflacionário.

Resultados e Consequências: O Plano Collor I teve impactos significativos e controversos. Embora tenha conseguido temporariamente conter a hiperinflação, o congelamento de ativos financeiros causou considerável controvérsia e sofrimento econômico para muitos brasileiros. A falta de liquidez afetou negativamente as empresas e o consumo.

Curta Duração: O plano provou ser efêmero, pois a hiperinflação voltaria mais tarde no mesmo ano, levando a mais medidas de estabilização econômica.

O Plano Collor I é lembrado como uma medida drástica e controversa que teve impactos significativos na economia e na vida das pessoas no Brasil. Embora tenha conseguido temporariamente reduzir a inflação, não proporcionou uma solução de longo prazo para os problemas econômicos do país.

A luta contra a hiperinflação continuaria com a implementação de outros planos econômicos nas décadas seguintes, culminando no Plano Real em 1994.

- ✓ Aumento das importações (redução Brusca das alíquotas); (combate a inflação) o teto dos preços internos passa a ser o teto do preço internacional
- ✓ Confisco da Liquidez
- ✓ Aumento da Tributação
- ✓ Congelamento de preços por tempo indeterminado;

Plano Real (1994 -1999)

Os planos econômicos têm a função precípua de combate a inflação. Esse foi o único plano econômico brasileiro que atacou a inflação, nas suas três vertentes (de oferta, de demanda e de expectativas);

Cruzeiro Real. A criação do Real representou uma tentativa de romper com a hiperinflação e estabelecer uma moeda estável e confiável.

Unidade Real de Valor (URV): Antes do lançamento do Real, o Plano Real adotou a Unidade Real de Valor (URV) como uma unidade de conta que serviu como referência para preços e contratos. A URV era indexada à inflação e permitia uma transição suave para a nova moeda.

Combate à Hiperinflação: Uma das características mais marcantes do Plano Real foi o combate eficaz à hiperinflação. Medidas de controle da inflação foram implementadas, e a indexação da economia foi gradativamente reduzida.

Desindexação da Economia: O plano procurou desindexar a economia, desvinculando preços e contratos da inflação passada. Isso ajudou a quebrar o ciclo inflacionário.

Política Monetária Disciplinada: O Plano Real enfatizou a disciplina na política monetária, incluindo metas de inflação e uma gestão mais eficaz da moeda.

Estabilização Econômica: O plano foi bem-sucedido na estabilização da economia e na criação de um ambiente de menor inflação e maior estabilidade, o que estimulou o investimento e o crescimento econômico.

Câmbio Fixo: O Real foi lançado com uma taxa de câmbio fixa em relação ao dólar americano. Isso proporcionou estabilidade cambial e atraiu investimentos estrangeiros.

Reformas Estruturais: O Plano Real foi acompanhado de reformas estruturais, incluindo privatizações, abertura comercial e modernização de setores-chave da economia.

Legado: O Plano Real é amplamente considerado um marco na história econômica do Brasil. Ele estabeleceu as bases para um período de maior estabilidade econômica e crescimento sustentado nas décadas seguintes.

O Plano Real teve um impacto transformador na economia brasileira, marcando o início de uma era de menor inflação e maior estabilidade econômica. Ele contribuiu para uma maior confiança dos investidores e uma melhoria na qualidade de vida da população brasileira. A estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real permitiu um período de crescimento econômico mais consistente no Brasil.

PEE – Programa de Estabilização Econômica (1999)***Institui três pilares Macroeconômicos da Economia Brasileira:***

O "PEE - Programa de Estabilização Econômica" de 1999, também conhecido como Plano Real II, foi uma iniciativa do governo brasileiro que consolidou a estabilidade econômica no país após o sucesso do Plano Real em 1994. O programa estabeleceu três pilares macroeconômicos fundamentais para a economia brasileira:

Metas de Inflação: Uma das principais características do PEE foi a implementação de metas de inflação como parte da política monetária. Isso significava que o Banco Central do Brasil se comprometeu a manter a inflação dentro de determinados limites preestabelecidos. Esse compromisso ajudou a ancorar as expectativas inflacionárias e a manter a estabilidade de preços.

Superávit Primário: O programa enfatizou a importância de alcançar superávits primários nas contas públicas. Um superávit primário ocorre quando o governo arrecada mais do que gasta, excluindo os pagamentos de juros da dívida pública. Essa medida visava a reduzir o endividamento público e criar condições para a estabilidade fiscal.

Regime de Câmbio Flutuante: O PEE adotou um regime de câmbio flutuante, o que significava que as taxas de câmbio eram determinadas pelo mercado, com intervenções ocasionais do Banco Central. Isso permitia que a moeda brasileira, o Real, respondesse a pressões do mercado de forma mais flexível e ajudava a manter a competitividade da economia no cenário internacional.

Esses três pilares juntos formaram a base do Programa de Estabilização Econômica de 1999 e contribuíram para a consolidação da estabilidade econômica no Brasil após o Plano Real. A abordagem orientada para a disciplina fiscal, a estabilidade de preços e a flexibilidade cambial ajudaram a criar um ambiente mais favorável para o crescimento econômico sustentável e a atração de investimentos no país.

Metas anuais de Inflação - Câmbio Flutuante e Metas de Superávits Primários.

CAPÍTULO 6 Variáveis econômicas

Tipos de Variáveis Macroeconômicas

As variáveis macroeconômicas podem ser de dois tipos: variável fluxo ou variável estoque.

Variável Fluxo, ocorre quando a variável mede os aspectos da economia que ocorrem de forma contínua.

P.ex.: o Produto Agregado, o Consumo Agregado, o Investimento Agregado (máquinas, equipamentos, edificações), as Exportações, Importações, a Renda Agregada, a Poupança Agregada, os Gastos do Governo.

Ex: PIB (Produto Interno Bruto), S (Poupança), I (investimento), G (Gasto Governamental), X(exportação), M (importação).

Variável Estoque, é o registro do acúmulo das variáveis fluxos, isto é, uma espécie de coleção de variável Fluxo, por exemplo, Riqueza (corresponde ao acúmulo de “S” poupança), Estoque Físico de “K” capital (consiste no acúmulo de “I” investimento produtivo no período) ou a Dívida Pública (coleção de Déficit Público).

Agregados econômicos são fenômenos que afetam a economia como um todo, por exemplo, o conceito de Produto Nacional, é um agregado de mercados agrícolas, industriais e de serviços.

Na Macroeconomia existem as **Identidades MACROECONÔMICAS**, que são relações entre agregados econômicos válidas em qualquer CENÁRIO ECONÔMICO.

I = S (o investimento é idêntico à Poupança);

Y=D=R (Produto é igual a Despesa e igual a Renda);

Y = C + I + G + X - M (a renda é a soma do consumo das famílias, do Investimento e dos Gastos Governamentais menos as exportações líquidas)

PRODUTO AGREGADO

Conceitos básicos

Produto agregado é o valor monetário (\$) de todos os Bens e Serviços FINAIS produzidos na Economia de um país, num período. Ele é mensurado na unidade monetária específica de cada país, por exemplo, o PIB do Brasil é dado em Reais (R\$).

Consideram-se, na contagem do PIB, exclusivamente os **Bens Finais**, isto é, aqueles que pertençam à última etapa do processo produtivo. Esse procedimento se dá com o intuito de evitar a dupla contagem dos bens intermediários.

Supondo uma produção da garrafa de refrigerante, ele é o produto, mas o caramelo, o açúcar a água e o gás carbônico são Bens Intermediários na cadeia produtiva.

Nesse caso o valor do refrigerante integra o PIB, mas os valores dos outros componentes utilizados na produção do refrigerante **NÃO INTEGRAM O PIB.**

O Bem no que diz respeito a ser final ou intermediário, depende da sua utilização ou não em processo produtivo. A água, o caramelo e o açúcar na produção de refrigerante são bens intermediários, mas podem ser bens finais em outras situações. Por exemplo, se o açúcar e o caramelo forem exportados para produção de refrigerante em outro país, passam a serem bens finais.

TIPOS DE PRODUTOS AGREGADOS

- **Produto Interno Bruto (PIB)** Tudo que se produz de bens e serviços dentro do País (fronteira geográfica). Inclui a produção de empresas estrangeiras instaladas no país.

- **Produto Nacional Bruto (PNB)** Tudo que é produzido de bens e serviços por empresas nacionais (dentro ou fora do país). Inclui a produção de empresas nacionais instaladas no exterior.

$$\text{PIB} - \text{RLEE} = \text{PNB} \quad (1)$$

REE (Renda Enviada a Exterior), RRE (Renda Recebida do Exterior), RLEE (Renda Líquida Enviada ao Exterior);

$$\text{RLEE} = \text{REE} - \text{RRE} \quad (2)$$

Em países cuja exportação é maior que a importação ($\text{PNB} > \text{PIB}$);

Em países cuja importação é maior que a exportação ($\text{PIB} > \text{PNB}$);

O Produto Líquido se obtém do Produto Bruto sem a depreciação.

$$\text{PIL} = \text{PIB} - \text{Dep.} \quad (4) \quad (\text{PRODUTO INTERNO LÍQUIDO})$$

$$\text{PNL} = \text{PNB} - \text{Dep.} \quad (5) \quad (\text{PRODUTO NACIONAL LÍQUIDO})$$

TIPOS DE DESPESAS PÚBLICAS

- Gasto Governamental (G) é o gasto público que o governo com uma contrapartida;

- Salários de servidores;

- Material de Consumo;

- Serviços.

- Transferências Governamentais (Transf.) é uma despesa governamental sem contrapartidas:

- Bolsa Família;

- Aposentadorias;

- Pensões;

- Juros;

- Doações.

- Subsídios (Sub) são Gastos do Governo com intuito de controlar ou reduzir preços:

- Investimentos Públicos (IPUB) é a dispêndio governamental na aquisição de máquinas, equipamentos e edificações.

PRODUTO A PREÇO DE MERCADO OU A CUSTO DE FATOR

Preço de Mercado (PIB_{PM})

Corresponde ao Produto Interno Bruto (incluídos os impostos indiretos e excluídos os subsídios:

$$\text{PIB}_{\text{PM}} = \text{PIB} + \text{II} - \text{SUBS}(6)$$

Custo de Fator (PIB_{CF})

Corresponde ao Produto Interno Bruto (incluídos os subsídios excluindo os impostos indiretos)

$$\text{PIB}_{\text{PM}} = \text{PIB} - \text{II} + \text{SUBS} (7)$$

TIPOS DE RECEITA PÚBLICA

Impostos Diretos (ID) incide sobre a renda ou patrimônio;

IPVA, IPTU, IRRF.

Imposto Indireto (II) incide sobre mercadorias e serviços;

ICMS, ISS, IPI

Outras Receitas do Governo (ORG)

juros, aluguéis, heranças etc.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO

Produto Nominal é medido a preços do ano corrente.

Os problemas das análises com relação ao PIB nominal estão relacionados aos preços relativos.

O valor do PIB nominal pode variar por dois motivos:

Aumento dos preços de um ano para outro.

Aumento das quantidades produzidas de um ano para outro.

Então pode haver redução na Produção Física de bens e serviços na Economia, e ainda assim, se houver inflação o PIB nominal crescer.

Produto Real, já nessa medição há a preocupação de se retirar o efeito inflacionário, isto é, o cálculo é feito a preço constante de um ano base.

- **Inflação** aumento generalizado de todos os preços da Economia de um país num período;

- **Deflação** redução generalizada de todos os preços da Economia de um país num período.

- **Deflator Implícito** é o índice obtido entre o PIB Nominal e o PIB Real do ano.

$$\text{DI} = (\text{PIB nominal}) / (\text{PIB real})$$

(8)

Pela primeira identidade Macroeconômica:

$$\mathbf{Y = PIB}$$

$$\text{PIB}_{\text{PM}} = C + I + G + X - M \quad (9)$$

C = consumo das famílias;

I = Investimentos;

G = Gasto do Governo

X = Exportações

M = Importações

$$Y = C + I + G + X - M \quad (10)$$

Pela segunda identidade Macroeconômica:

$$\mathbf{I = S}$$

I = Investimento Agregado ou Bruto;

S = Poupança Agregada ou Bruta;

$$I_{\text{PUB}} + I_{\text{PRIV}} = S_{\text{PUB}} + S_{\text{PRIV}} + S_{\text{EXT}} \quad (11)$$

A Soma da Poupança Pública (S_{PUB}), Privada (S_{PRIV}) e externa (S_{EXT}) corresponde a

Soma do Investimento Público (I_{PUB}) e privado (I_{PRIV}) de um país.

O Investimento Doméstico (I_{DOM}) = I_{PUB} + I_{PRIV} (12)

A Poupança Doméstica (S_{DOM}) = S_{PUB} + S_{PRIV} (13)

Receita Corrente Líquida (RCL)

$RCL = ID + II + ORG - TRANSF - SUB$ (14)

$S_{PUB} = RCL - G$ (15)

Déficit Público = $I_{PUB} - S_{PUB}$

A coleção de déficits públicos (variável fluxo) forma a dívida pública (variável estoque).

Capítulo 7

O SISTEMA DE CONTABILIDADE NACIONAL

O Sistema de Contabilidade Nacional (SCN) é uma estrutura conceitual e metodológica que permite a análise, o registro e a interpretação das atividades econômicas de um país. Ele é fundamental para medir o desempenho econômico, avaliar políticas públicas, compreender a estrutura econômica de uma nação e tomar decisões baseadas em dados econômicos confiáveis.

O SCN é composto por diversos elementos interconectados:

Contas Nacionais: As contas nacionais são um componente essencial do SCN. Elas incluem as Contas de Produção, as Contas de Renda, as Contas de Despesa e as Contas de Acumulação. Essas contas fornecem informações detalhadas sobre a atividade econômica em um país, como o PIB (Produto Interno Bruto), renda nacional, consumo, investimento e poupança.

Setores Institucionais: O SCN divide a economia em setores institucionais, como famílias, empresas, governo e setor externo. Isso ajuda a entender como diferentes partes da sociedade contribuem para a economia.

Fluxos e Estoques: O SCN rastreia os fluxos de recursos econômicos (como renda e gastos) e os estoques de ativos (como ativos financeiros, imóveis e dívidas) ao longo do tempo.

Análise de Fluxo e Estoque: O SCN permite uma análise detalhada de como os recursos fluem através da economia e como são acumulados ou dissipados ao longo do tempo. Isso é essencial para a avaliação de tendências econômicas e o impacto de políticas econômicas.

Identificação de Setores-Chave: O SCN ajuda a identificar setores-chave na economia, como o setor de serviços, agricultura, indústria, entre outros. Isso é útil para a formulação de políticas e a alocação de recursos.

Balança de Pagamentos: O SCN se conecta à Balança de Pagamentos, que rastreia as transações econômicas internacionais de um país. Isso é importante para avaliar a posição financeira de um país no cenário global.

Medição de Atividade Econômica: O SCN fornece diretrizes para medir a atividade econômica em unidades monetárias, permitindo uma comparação precisa entre diferentes setores e economias.

O SCN é uma ferramenta essencial para economistas, formuladores de políticas, pesquisadores e analistas econômicos, uma vez que fornece uma base sólida para a análise econômica, a previsão de tendências e a avaliação de políticas econômicas. Ele também ajuda a compreender a interconexão entre os diversos aspectos da economia de um país e seu impacto na sociedade como um todo.

1. Balanço de Pagamentos (BP)

BP é o registro das transações entre residentes e não residentes de um país. Residente são os agentes cujo centro econômico seja o país e não residentes são os agentes cujo centro econômico seja outro país.

$$\boxed{BP - KC = BC + BS + \text{Transf U} + Ka + EO}$$

- Transações Correntes são as Variáveis Fluxos da Macroeconomia (TC)
= BC + BS + Transf. U

- Balança Comercial (BC) = X – M (é o resultado líquido das Exportações e Importações de mercadorias de um país);

- Balança de Serviços (BS) = X – M (é o resultado líquido das Exportações e Importações de Serviços de um país)

- Transferências Unilaterais (Transf U)
- Capitais Autônomos (Ka)
- Investimento Direto (ID)
- Capitais de Curto Prazo
- Empréstimos
- Amortizações
- Reinvestimentos
- Refinanciamentos
- Erros e Omissões (EO)

Capitais Compensatórios (KC)

- Reservas Internacionais
- Empréstimos de Regularização
- Atrasados (transações realizadas e não Pagas)

$$\boxed{BP - KC = BC + BS + \text{Transf U} + Ka + EO}$$

SISTEMA MONETÁRIO NACIONAL

O Sistema Monetário Nacional refere-se ao conjunto de instituições, regras e políticas que regulam a moeda e as transações financeiras em um país. Ele desempenha um papel fundamental na economia, na estabilidade de preços, no crescimento econômico e no funcionamento do sistema financeiro. Abaixo estão os principais componentes e funções do Sistema Monetário Nacional:

Moeda Nacional: O sistema monetário estabelece a moeda nacional e determina sua emissão, design e características. A moeda nacional é geralmente emitida pelo banco central do país e serve como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor.

Banco Central: O banco central é a instituição-chave do sistema monetário. Ele é responsável por emitir moeda, controlar a base monetária, regular o sistema bancário, implementar a política monetária e manter a estabilidade de preços. O banco central também atua como o "banco dos bancos" e administra as reservas internacionais.

Política Monetária: O banco central define e implementa a política monetária, que envolve o controle da oferta de dinheiro e das taxas de juros. A política monetária visa influenciar a inflação, a atividade econômica e a estabilidade financeira.

Sistema Bancário: O sistema monetário supervisiona o sistema bancário, incluindo bancos comerciais, bancos de investimento, instituições de poupança e empréstimo, e outras entidades financeiras. Regras e regulamentações financeiras são estabelecidas para garantir a segurança e a solidez do sistema bancário.

Controle da Inflação: Uma das principais funções do sistema monetário é manter a estabilidade de preços. Isso envolve o controle da inflação para garantir que os preços não aumentem descontroladamente, o que pode prejudicar o poder de compra da moeda.

Política Cambial: O sistema monetário define a política cambial, que determina como a moeda nacional é negociada em relação a outras moedas. A política cambial pode ser fixa, flutuante ou uma combinação de ambas.

Regulação Financeira: O sistema monetário estabelece regras e regulamentações para o setor financeiro, com o objetivo de proteger os consumidores, prevenir crises financeiras e manter a integridade do sistema.

Emissão de Moeda e Controle da Base Monetária: O banco central é responsável pela emissão de moeda física e pelo controle da base monetária. Isso envolve a gestão do suprimento de moeda em circulação, bem como das reservas bancárias.

Política de Crédito: O sistema monetário também influencia a política de crédito, determinando as taxas de juros de referência e as condições de empréstimos, o que afeta o acesso ao crédito e o custo do endividamento para empresas e indivíduos.

Regulação da Estabilidade Financeira: Além de controlar a inflação, o sistema monetário desempenha um papel na promoção da estabilidade financeira, supervisionando os riscos sistêmicos e adotando medidas para evitar crises financeiras.

O Sistema Monetário Nacional é um elemento essencial na economia de um país, responsável por garantir a estabilidade da moeda, o funcionamento do sistema financeiro e o controle da inflação. A gestão eficaz do sistema monetário desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico e na estabilidade financeira de uma nação.

Atualmente a autoridade monetária do Brasil é o Banco Central, foi criado em 1964, mas só a partir de 1987 é a autoridade monetária no Brasil, anteriormente essa atividade era dividida com o BB.

As funções da autoridade monetária (BACEN) é:

- ✓ Emissão de moeda;

Moeda é o conjunto de ativos na economia de um país que os agentes econômicos utilizam, no dia a dia, com a finalidade de comprar bens e serviços, finais ou intermediários, de outros agentes econômicos.

Funções da Moeda

- ✓ Meio de troca, é utilizada para intermediar trocas de bens e serviços na economia

- ✓ Reserva de valor, para ela é transferido instantaneamente o poder de compra
- ✓ Unidade de conta, todos os preços da economia são expressos em moeda corrente
- ✓ Liquidez, instantaneamente transformada em bens ou serviços da economia.

Tipos de Moeda

Podem ser o papel emitido pela autoridade monetária ou a criada pelos Bancos Comerciais (moeda eletrônica).

Funções

- ✓ Execução da Política Monetária
- ✓ Gestão das reservas internacionais do BP
- ✓ Gestão da Conta única do Governo;
- ✓ Gestão dos depósitos compulsórios.

Tipos de Bancos

- ✓ Banco comercial recebe depósito a vista e realiza empréstimo
- ✓ Banco de Investimento, realização de investimentos financeiros
- ✓ Banco múltiplo pelo menos uma das atividades é comercial
- ✓ Instituição de fomento, recebe aporte orçamentário e realiza empréstimos com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico de um país ou região.

Agregados Monetários (classificação da moeda e suas utilizações):

- PME – Papel Moeda Emitido, aquela que foi emitida diretamente pela autoridade monetária;
- PMC – Papel Moeda em Circulação;
- PMPP – Papel Moeda em Poder Público:
- PMPP = PMC – C (caixa dos bancos comerciais);
- ET – Encaixes Totais
- C + DComp (depósitos compulsórios) + DV (Depósitos Voluntários)
- B – Base Monetária

- $B = PMPP + ET$
- M_1 – Meios de Pagamentos
- $M_1 = PMPP + DV$
- **m** – multiplicador bancário
- $M_1 = m \times B$

Obs: **m** representa o poder de empréstimo dos bancos comerciais, isto é, a capacidade dos bancos de criar a moeda eletrônica a partir de uma moeda emitida pelo BACEN, os bancos comerciais podem emprestar o dinheiro depositado para várias pessoas diferentes, por períodos diferentes, como ninguém saca todo o dinheiro ao mesmo tempo, existe a possibilidade real de se criar uma espécie de moeda virtual, o tamanho dessa capacidade depende de uma série de fatores inclusive psicológicos (por exemplo, a confiança nos bancos).

O tamanho do multiplicador bancário **m** é totalmente influenciado pelo comportamento dos agentes econômicos;

Fórmula do multiplicador bancário m

$$m = [1 - (DV / M_1)]^{-1} \times [1 - (ET / DV)]^{-1}$$

$$M_2 = M_1 + CP + T_{PRIV}$$

CP (Caderneta de Poupança);

T_{PRIV} (Títulos emitidos pelas instituições depositárias).

$$M_3 = M_2 + \text{Cotas dos Fundos de Rendas Fixas};$$

Dívida Pública

A dívida pública é o montante de dinheiro que um governo deve a credores internos e externos. Essa dívida é frequentemente usada para financiar gastos públicos, investimentos em infraestrutura e outras necessidades do governo. A gestão da dívida pública é uma parte fundamental da política fiscal e financeira de um país. Abaixo estão os principais aspectos relacionados à dívida pública:

Tipos de Dívida Pública: A dívida pública pode ser dividida em várias categorias, incluindo dívida interna (emitida dentro do país) e dívida externa (emitida no exterior). A dívida também pode ser de curto prazo (títulos com vencimento em menos de um ano) ou de longo prazo (títulos com vencimento em mais de um ano).

Motivos para Emissão de Dívida: Os governos emitem dívida pública por diversos motivos, incluindo financiar déficits orçamentários, realizar investimentos em infraestrutura, refinanciar dívidas existentes e gerenciar a liquidez do governo.

Títulos do Governo: A dívida pública é geralmente emitida na forma de títulos do governo, como obrigações, notas e títulos do Tesouro. Esses títulos são vendidos a investidores e pagam juros ao longo do tempo, com o valor principal devolvido no vencimento.

Custos da Dívida: Os custos da dívida pública incluem o pagamento de juros sobre os títulos emitidos. Os custos são afetados pelas taxas de juros no mercado e pelo perfil da dívida (prazos, taxa de juros fixa ou variável, etc.).

Sustentabilidade da Dívida: A sustentabilidade da dívida é uma preocupação importante. Os governos precisam garantir que a dívida pública seja gerenciável em relação ao tamanho da economia e à capacidade de pagamento de juros e principal. O não cumprimento de obrigações de dívida pode ter sérias consequências econômicas.

Impacto na Economia: A gestão da dívida pública pode ter impacto na economia do país. Altos níveis de dívida pública podem sobrecarregar

o orçamento do governo, afetar as taxas de juros e a confiança dos investidores.

Agências de Classificação de Risco: Agências de classificação de risco avaliam a qualidade da dívida pública de um país e emitem classificações que afetam o acesso ao crédito e o custo de empréstimos.

Política Fiscal: A dívida pública é parte integrante da política fiscal de um governo. O equilíbrio entre receitas e despesas, bem como a gestão responsável da dívida, são fundamentais para a estabilidade financeira.

Instrumento de Política Econômica: A emissão de dívida pública pode ser usada como instrumento de política econômica. Os governos podem ajustar o montante e as condições da dívida para atingir objetivos macroeconômicos, como estimular o crescimento ou conter a inflação.

A dívida pública desempenha um papel importante na economia e na governança de um país. Sua gestão eficaz é essencial para garantir a estabilidade financeira e promover o desenvolvimento econômico. O equilíbrio entre a necessidade de financiamento e a manutenção de uma dívida sustentável é um desafio constante para os governos.

FINANCIAMENTO DA DÍVIDA

O financiamento da dívida é o processo pelo qual um governo obtém os recursos necessários para cobrir seus déficits orçamentários e pagar os juros e principal da dívida pública. Esse processo envolve a emissão de títulos de dívida, como obrigações, notas do tesouro e outros instrumentos financeiros, que são vendidos a investidores, bancos e instituições financeiras. Abaixo estão os principais aspectos relacionados ao financiamento da dívida:

Emissão de Títulos: O financiamento da dívida começa com a emissão de títulos do governo. Esses títulos são promissórias que indicam a quantidade de dinheiro que o governo está buscando emprestar, a taxa de juros a ser paga e a data de vencimento.

Leilões de Títulos: Os títulos do governo são geralmente vendidos em leilões. Os investidores fazem lances, indicando a taxa de juros que estão dispostos a aceitar para comprar os títulos. O governo aceita os lances mais baixos até que a quantia desejada seja atingida.

Taxas de Juros: As taxas de juros dos títulos do governo são determinadas pelo mercado, com base na oferta e na demanda. Quanto maior a demanda por títulos, menor a taxa de juros que o governo terá que pagar.

Prazos de Vencimento: Os títulos do governo podem ter diferentes prazos de vencimento, variando de curto prazo (por exemplo, títulos com vencimento em um ano) a longo prazo (por exemplo, títulos com vencimento em 30 anos).

Reinvestimento e Rollover: À medida que os títulos do governo vencem, o governo pode optar por refinanciar a dívida emitindo novos títulos. Isso é conhecido como "rollover" e é uma parte comum da gestão da dívida pública.

Agências de Classificação de Risco: Agências de classificação de risco avaliam a qualidade da dívida do governo e emitem classificações que afetam o acesso ao crédito e o custo de empréstimos. Classificações mais altas significam menores custos de empréstimo.

Investidores: Os investidores em títulos do governo podem incluir indivíduos, instituições financeiras, fundos de pensão, bancos centrais estrangeiros e outros. A diversificação da base de investidores é importante para garantir uma fonte estável de financiamento.

Utilização dos Recursos: Os recursos obtidos com a emissão de títulos de dívida são usados para financiar despesas do governo, investimentos em infraestrutura, programas sociais e outros fins governamentais. Também podem ser usados para refinanciar dívidas existentes.

Gestão da Dívida: A gestão da dívida pública envolve a coordenação de todas as atividades relacionadas à dívida, incluindo o planejamento, emissão, refinanciamento e pagamento de juros e principal. A gestão

eficaz da dívida é crucial para garantir que ela seja sustentável e gerenciável.

Política Fiscal: O financiamento da dívida está intrinsecamente ligado à política fiscal de um governo. É importante equilibrar as necessidades de financiamento com o objetivo de manter a estabilidade financeira e o crescimento econômico.

O financiamento da dívida desempenha um papel crítico na governança econômica de um país, pois permite que os governos obtenham recursos para financiar suas atividades e atender às necessidades da sociedade. A gestão adequada da dívida é essencial para garantir que a dívida pública seja sustentável e não comprometa a estabilidade financeira.

FIM

BIBLIOGRAFIA

ACHEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. New York: Crown Publishers, 2012. 544 p.

BECKER, Gary S.; MURPHY, Kevin M. *The Economics of Discrimination*. 2ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1971. 250 p.

BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia*. São Paulo: Campus, 2004.

BUCHANAN, James M.; TULLOCK, Gordon. *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1962. 292 p.

FISCHER, Stanley; DORNBUSCH, Rudiger; SCHMALENSEE, Richard. *Economia*. São Paulo: Atlas, 2000. 400 p.

JONES, Robert W. *The Phillips Curve and the Natural Rate of Unemployment*. In: LUCAS, Robert E. Jr., SARGENT, Thomas J. *Rational Expectations and Econometric Practice*. 1ª ed. Chicago: Cambridge University Press, 1981. p. 146-162.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego*. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 3-17, dez. 1936.

KLING, Arnold. *The Three Languages of Politics: Talking Across the Political Divides*. Cato Institute, 2013. 87 p.

KRUGMAN, Paul. *The Age of Diminished Expectations*. *Brookings Papers on Economic Activity*, vol. 2, p. 163-212, 1994.

MANKIW, N. Gregory. *Microeconomia*. 3ª ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. 5ª ed. São Paulo: LTC, 2004.

MARTINS, Maria Clara. *Políticas Monetárias e Inflação no Brasil: Uma Análise Empírica*. Tese apresentada à Universidade Federal de Economia, São Paulo, 2020. 200 p.

MINSKY, Hyman P. *Stabilizing an Unstable Economy*. New Haven: Yale University Press, 1986. 346 p.

PAULANI, Leda; BRAGA, Marcos B. *A Nova Contabilidade Social*. São Paulo: Saraiva, 2006.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. São Paulo: Pearson, 2010.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. *Economics*. 20th ed. Boston: McGraw-Hill, 2010. 880 p.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 400 p.

SIMONSEN, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Penha. Macroeconomia. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. 5^a ed. São Paulo: Martin Claret, 1776. 1200 p.

Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

Fundamentos de Economia

Caros leitores e entusiastas da economia, é com grande satisfação que apresento a vocês o livro “Fundamentos de Economia”.

Este livro é uma viagem esclarecedora pelo mundo da economia, destinada a desmistificar os complexos conceitos econômicos e torná-los acessíveis a todos. O autor oferece uma abordagem clara e cativante para entender como a economia molda nossas vidas, nossas comunidades e o mundo como um todo.

Essa obra nos leva a uma jornada desde os fundamentos econômicos até as questões contemporâneas que impactam nossa vida a dia. Explora o mercado, oferta e demanda, políticas fiscais e monetárias, e muito mais, tudo com exemplos do mundo real que tornam os conceitos econômicos tangíveis e relevantes.

Este livro não é apenas um guia acadêmico, mas uma fonte valiosa para qualquer pessoa que queira compreender como as decisões econômicas influenciam nossas vidas e sociedades.

Jose Carlos Guimaraes Junior

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
9198473-5110
Belém, Pará, Brasil

